

Acção Socialista

Nº 1209 - 3 Dezembro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



MENOS DIREITOS SOCIAIS

Portugal está hoje francamente pior em todos os domínios. A nível social, na saúde a situação é dramática com as listas de espera a aumentarem para desespero dos doentes. As urgências hospitalares, devido aos cortes cegos na despesa pública, tornaram-se um tormento, e a desorçamentação converteu à pressa dezenas de hospitais em sociedades anónimas, sem quaisquer resultados palpáveis. Agora, até mesmo nos subsídios de doença se preparam cortes. Por outro lado, com a entrada em vigor do Código do Trabalho, vai assistir-se à precarização das relações laborais e à redução dos direitos dos trabalhadores. Na economia e nas finanças reinam a desorientação e as contradições de um Governo que é fraco perante os poderosos e forte com os mais desfavorecidos.



SAÚDE

Cortes no subsídio de doença são imorais 7

ECONOMIA

OE e PEC: desorientação e contradição 6

EUROPA

Governo ignora ajudas para pequenos agricultores 14

ENTREVISTA

Medeiros Ferreira: "Por uma globalização solidária" 10

Jornadas Parlamentares sobre Saúde

Coimbra – 15, 16 e 17 de Dezembro

O GOVERNO CONDENA A SUA PRÓPRIA POLÍTICA...

Em Bruxelas, o Governo português, pela voz da ministra das Finanças, deu o seu apoio à decisão de não penalizar a França e a Alemanha pelo incumprimento do critério do défice, no Pacto de Estabilidade e Crescimento. Por mais voltas que se lhe queira dar, o facto é este, muito simples: Portugal não se opôs a que a União Europeia abandonasse a interpretação restritiva dos critérios de política financeira e orçamental.

Isto é, Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite condenam em Bruxelas o que fazem em Portugal. Em Portugal, argumentam que tudo deve ser sacrificado à meta mágica dos 3 por cento de défice. Em Bruxelas, acham que essa meta não vale mais do que as preocupações de crescimento e equilíbrio social invocadas pela França e a Alemanha. Para eles, a França e a Alemanha não devem ser penalizadas por se recusarem a adoptar uma política económica recessionista; mas Portugal já pode. Quanto a patriotismo, estamos conversados.

Chega a ser patética a forma como a ministra das Finanças procura explicar a posição que tomou e que, como toda a gente percebe, é a mais eloquente crítica à sua política orçamental. É fácil entender este desconforto.

Em primeiro lugar, a política da direita portuguesa é hoje dada como exemplo claro do que não deve ser feito. O ministro das Finanças francês, personalidade também de direita, disse-o com todas as letras: quem quiser aumentar o desemprego e agravar a recessão, faça como Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite!

Em segundo lugar, o Governo português não tem outra política económica e financeira se não a lógica dos cortes cegos e das invenções contabilísticas. Se as instituições europeias e a opinião pública nacional se virarem mais para o que importa, o desenvolvimento económico e social, ver-se-á que é nulo o valor acrescentado pelo actual Governo!

Em terceiro lugar, mesmo no quadro das orientações do Pacto de Estabilidade, uma interpretação mais inteligente porá a nu as enormes fragilidades do aparente cumprimento da regra do défice. De facto, o défice real de Portugal, descontadas

as receitas extraordinárias, anda acima dos 5 por cento e o Orçamento aprovado para 2004 poderá atirar a dívida pública para 63 por cento do PIB, violando dramaticamente a outra regra de ouro da estabilidade da moeda única.

Nós não contrariamos a posição tomada pela ministra das Finanças em Bruxelas: era a atitude mais razoável. Criticamos sim é a atitude que ela tem tomado internamente e tem causado os maiores prejuízos aos Pais.

O PS não desvaloriza a necessidade e a importância do processo de consolidação das finanças públicas. Somos defensores convictos deste processo, que impõe equilíbrio, inteligência e compromisso na gestão dos dinheiros públicos. Mas nenhum destes elementos estão presentes na "obsessão" da dr^a Ferreira Leite. A despesa corrente não foi controlada. As receitas fiscais tiveram uma quebra brutal. O défice real aumentou. O endividamento público também. O que tem havido, isso sim, é um corte cego no investimento público, a relegação para o fim das prioridades da área decisiva da qualificação, a desorganização, por asfixia financeira, de serviços essenciais à protecção e à segurança de pessoas e bens e de programas e estruturas de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Somos, pois, a favor de um esforço sério no controlo da despesa, privilegiando o investimento e a despesa pública de maior qualidade e impacto social, somos a favor de um combate determinado à fuga e à evasão fiscal, somos a favor de políticas que equilibrem a repartição dos rendimentos e promovam justiça social. Somos contra os truques contabilísticos, a venda a oito de património, a privatização de serviços e obrigações essenciais do Estado, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, o desperdício dos fundos comunitários, a insensibilidade face ao desemprego.

Quer dizer: somos a favor de regras e políticas inteligentes para o equilíbrio financeiro em contexto de crescimento económico e desenvolvimento social, somos contra o ciclo infernal de recessão, desinvestimento e desprotecção. Esse ciclo a que nos conduziu a política do governo de Durão Barroso, como a sua ministra Ferreira Leite, reconheceu, há dias, em Bruxelas.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

OBSESSÕES DE NATAL

ANTOONIO COLAÇO

MANELA – MENINOS, ESTE ANO NÃO HÁ DECORAÇÕES DE NATAL PARA NINGUÉM! SÓ OBSESSÕES DE NATAL E... PARA TODOS!!!



REUNIÕES COM PARTIDOS DE ESQUERDA

CONVERGÊNCIA NAS CRÍTICAS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÓMICAS DO GOVERNO

No âmbito dos contactos que nos últimos dias o PS manteve com as forças políticas com representação parlamentar, decorreram no Largo do Rato reuniões com o PCP e o Bloco de Esquerda, que tiveram como denominador comum as críticas à política económica e social do Governo.

Após o encontro de ontem entre as direcções do PS e do PCP, Ferro Rodrigues afirmou que os dois partidos manifestaram a sua "grande preocupação pela grave crise social em que o País se encontra mergulhado".

O secretário-geral do PS fez questão de sublinhar que "a política selectiva prosseguida pelo Governo contra os mais pobres faz com que 2004 se afigure como um ano particularmente difícil para os portugueses com mais baixos rendimentos, pensionistas e desempregados". E acrescentou: "O Governo tem procurado dar a ideia de que o pior já passou, mas os trabalhadores, os desempregados e os pensionistas sabem que o pior ainda não passou, porque sentem os efeitos da insensibilidade social de um Governo que já demonstra a sua mediocridade e incompetência nas questões económicas".

Questionado pelos jornalistas sobre uma possível convergência com o PCP na oposição aos diplomas do Código do Trabalho que vão ser regulamentados na Assembleia da República, Ferro Rodrigues considerou ser "cedo" para falar sobre decretos regulamentares que "ainda não conhece". Salientando que a posição do PS dependerá sempre "da forma como serão elaborados pela maioria os decretos regulamentares", Ferro Rodrigues adiantou que "tem havido momentos de convergência parlamentar com o PCP,



o que é normal face a este Governo que se pauta pela incompetência em vários domínios".

Incoerência política do Governo

A "incoerência política" manifestada pelo Governo português na reunião do Conselho de Ministros da Economia e Finanças (Ecofin) ao votar favoravelmente o perdão à França e Alemanha pelo incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), foi criticada pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, sublinhando que o Executivo de Durão Barroso "não pode ser ortodoxo em relação ao PEC internamente e depois ter uma posição diferente no plano europeu. Tem de haver coerência".

Neste contexto, o líder do PS recordou as críticas da maioria governamental à política orçamental do último Executivo socialista. E acrescentou: "É estranho que Durão Barroso tenha uma posição mais dura em relação a António Guterres do que em relação à França e à Alemanha".

Ferro Rodrigues falava no final de uma reunião entre o PS e o Bloco de Esquerda, onde ficou patente que os dois partidos partilham de idênticos pontos de vista nalgumas matérias, nomeadamente sobre as responsabilidades da política seguida pelo Governo na grave crise económica em que o País se encontra mergulhado, mas noutras persistem as divergências, como no referendo europeu ou na reorganização dos serviços de informações.

J. C. C. B.

TRÊS PERGUNTAS A VIEIRA DA SILVA

Quais as conclusões da primeira reunião conjunta do Secretariado Nacional com os dirigentes federativos?

Esta reunião insere-se na resolução que foi aprovada na Comissão Nacional de 8 de Novembro e teve como objectivo melhorar a articulação entre os órgãos executivos a nível nacional e a nível federativo. Fez-se o ponto da situação política com destaque particular para o debate do Orçamento que estava a decorrer, tendo os diversos responsáveis federativos apontado a gravidade do Plano de Investimentos para as diferentes regiões. Depois foi também debatida a necessidade de dar mais força ao trabalho conjunto dos órgãos de direcção do partido e nesse sentido houve consenso quanto à vantagem de durante as próximas semanas levar a cabo um conjunto alargado de reuniões que se vão realizar por todo o País, nas estruturas de base, nas concelhias com dirigentes do partido, nomeadamente com os membros da Comissão Política. O calendário dessas reuniões está a ser elaborado entre o SN e os secretariados federativos.

Pode avançar pormenores sobre a campanha de recolha de fundos?

Na reunião foi também abordada, ainda que de forma ligeira, essa campanha por parte do secretário-geral. Ela tem vindo a ser preparada e tem como objectivo fundamental preparar o PS, também do ponto de vista financeiro e dos recursos, para 2004 que é um ano muito intenso em combates políticos e iniciativas partidárias. No próximo ano teremos uma Convenção sobre as questões europeias, vão-se realizar eleições para o Parlamento Europeu e para as assembleias legislativas regionais e, finalmente, irá também ter lugar o Congresso Nacional do PS. Todos estes acontecimentos são exigentes do ponto de vista político mas também o são do ponto de vista financeiro. Já que o PS precisa de enfrentar essas batalhas com a força e as responsabilidades que lhes são características, também é necessário que do ponto de vista financeiro se prepare para elas. Acresce, como todos sabemos, que a lei que regula o financiamento partidário que já entrou em vigor após a última revisão da Lei de Financiamento dos Partidos, protelou para 2005 o novo regime de subvenções públicas. Portanto, existe aqui um hiato significativo entre toda uma nova filosofia da lei do financiamento partidário e a concretização prática que só se fará a partir de 2005. O PS, no respeito absoluto pela legalidade e pela transparência no financiamento da actividade partidária, conta com os contributos dos militantes e simpatizantes para que o hiato de que falei possa ser superado.

A última Comissão Nacional aprovou uma revisão ao regulamento de quotas. Quais as principais alterações?

Diga-se à partida que após a aprovação dos novos Estatutos, as quotas têm apenas dois destinos: financiamento da actividade das secções, que era o tradicional, e o de financiar o "Acção Socialista" que passou a ser um direito de todos os militantes. As alterações agora introduzidas ao regulamento foram no sentido de melhorar a recolha das quotas, envolver mais intensamente as secções, nomeadamente as de residência e as concelhias, sem pôr em causa a unidade organizativa do PS. Foi também valorizado o papel da quota reduzida paga pelos militantes que têm mais dificuldades em suportar o valor da quota dita normal e foi reforçado o papel das secções como destino da quotização.

ENCONTRO FERRO-DURÃO

PS DISPONÍVEL PARA CONSENSOS SOBRE REORGANIZAÇÃO DAS "SECRETAS"

Existem pontos na proposta do Governo sobre a reorganização dos serviços de informação com os quais o PS não concorda, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, sublinhando, no entanto, que existe um "esforço de consensualização" e abertura para "uma posição conjugada" com a maioria nesta matéria, no final de um encontro de mais de uma hora com o primeiro-ministro, em S. Bento. Ferro Rodrigues, que chefiou uma delegação composta por António Costa,

Alberto Martins e Vitalino Canas, disse que "é cedo para se saber se o PS avança, ou não, com um projecto de lei" de reorganização dos serviços secretos portugueses, adiantando que uma decisão terá em conta a proposta que o Governo vier a apresentar. Os socialistas assumiram o seu desacordo quanto à fusão entre os Serviços de Informações e Segurança (SIS) e os Serviços de Informações Estratégicas de Defesa Militar (SIEDM), mas mostraram-se favoráveis à criação

de um comando único para o controlo das "secretas", em nome da "eficácia e do reforço democrático dos serviços de informação", que deverá permanecer sob a tutela política do primeiro-ministro. Também sobre a reforma da administração pública e a posição portuguesa face à Conferência Inter-governamental, dois outros temas que estiveram em discussão neste encontro, Ferro Rodrigues afirmou que estas são áreas onde o PS está aberto a consensos.

Ferro Rodrigues no Algarve

5 Dezembro 2003

- 10.00H** Reunião com o reitor da Universidade do Algarve
- 10.30H** Reunião com a direcção da Associação Académica
- 13.00H** Almoço com empresários na Escola de Hotelaria e Turismo de Faro
- 15.00H** Visita a empresas
- 18.30H** Reunião com dirigentes do PS/Algarve
- 20.00H** Jantar com militantes no restaurante «O Franguinho» em Olhão

OE-2004

"PIOR ERA QUASE IMPOSSÍVEL"

Além de "afundar o País na recessão" o Governo está a "falsear" as projecções económicas para 2004. Esta denúncia do secretário-geral do PS teve lugar no debate final sobre o Orçamento de Estado para o próximo ano, onde Ferro Rodrigues apontou os exemplos da França e da Alemanha como linha económica alternativa.

Intervindo antes da votação final global do OE-2004, que terminou com a aprovação do documento, com o voto contra dos socialistas, o líder do PS fez um discurso muito duro contra "a obsessão contabilística" do défice do Executivo azul/laranja e confirmou a óbvia rejeição socialista da proposta orçamental para o próximo ano.

"Este Governo tem conseguido, simultaneamente, dar cabo da economia e aumentar o défice. Pior era quase impossível", acusou Ferro, apontando depois como exemplos países da União Europeia "que não aceitaram tudo sacrificar no altar da falsa consolidação, como a Alemanha e a França, já apresentam crescimentos positivos no terceiro trimestre de 2003, mostrando que existia e existe uma outra política". A "falsa" proposta orçamental para o próximo ano, foi também denunciada por Ferro Rodrigues, já que a estimativa governamental de receitas fiscais para 2004 "parte de resultados em 2003, que



A responsabilidade pelas consequências do OE-2004 será desta maioria e deste Governo

são uma mentira". Segundo Ferro Rodrigues, até Outubro deste ano, em cada mês, o Estado arrecadou 7,7 por cento do que é a estimativa global de receitas para 2003. "Nos próximos dois meses (Novembro e Dezembro), o Governo propõe-se arrecadar 11,4 por cento em cada um deles", disse, questionando de seguida: "Alguém acredita que isto seja possível" quando "ainda faltam mil milhões de

euros" para se cumprir a meta traçada pelo Executivo.

"O primeiro-ministro da recessão"

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS socorreu-se repetidas vezes do sublinhado "piores resultados eram quase impossíveis", para vincar bem que Durão Barroso ficará para a história "como o primeiro-ministro da recessão".

"É necessário recuar ao século passado para encontrar um valor de investimento público, em termos reais, inferior ao proposto para 2004", sustentou Ferro, antes alertar para um panorama também negro ao nível do investimento privado. "É necessário recuar 20 anos, para a crise brutal de 1983/84, quando Portugal estava fora do mercado único, para encontrar quebra tão brutal do investimento privado", acrescentou, procurando,

depois, demonstrar a falácia de, nas presentes condições, se esperar um défice de 2,844 por cento para o próximo ano. "O Governo apresenta esse valor mas já pede uma autorização de endividamento para um défice de 6,2 por cento. Com estes malabarismos, Portugal teria tido, em 2001 (último ano de Governo socialista), um défice de dois por cento", apontou, para depois lamentar que a maioria PSD/CDS tenha rejeitado todas as propostas do PS para alteração do Orçamento de Estado, apresentadas para o "tornar menos mau", sem contudo agravar o défice, mas tentando dar "sinais de mudança para melhor".

"É lamentável. A responsabilidade pelas consequências deste orçamento serão absolutamente desta maioria e deste Governo", avisou.

Para o secretário-geral do PS, "era evitável a subida estúpida dos impostos, pois teve como contrapartida uma queda de receitas, assim como era evitável a crise e o clima de desconfiança e depressão". "Era evitável a obsessão contabilística, que tudo substituiu e tudo condiciona", observou, denunciando de seguida que o Executivo de Durão Barroso e Paulo Portas "erra por cálculo na gestão eleitoralista do ciclo político e por pura incompetência e incapacidade".

"É em nome da esmagadora maioria dos portugueses que votamos contra este orçamento de mediocridade, conformismo e mistificação". É que, concluiu Ferro, "Portugal merece o caminho da qualificação, do investimento, da inovação, do crescimento e do emprego".

DÉFICE 2003

DOENÇA CRÓNICA EM AGRAVAMENTO CONSTANTE

Há uma "verdadeira hecatombe orçamental", afirma o Grupo Parlamentar do PS, que acusa o Governo de transformar o problema das finanças públicas numa "doença crónica e em agravamento constante", com o défice real a atingir no final do ano 5,8 por cento do PIB.

Falando numa conferência de Imprensa na Assembleia da República, após ser conhecido o último relatório do Banco de Portugal sobre as contas públicas, Joel Hasse Ferreira referiu que "a manter-se o mesmo padrão de execução de 2002, o défice final do ano será de 5,8 por cento do PIB". Aliás, adianta, é a própria Direcção-Geral do Orçamento que reconhece que o défice do Estado já corresponde a 5,2 por cento do PIB.

O deputado socialista, que se encontrava acompanhado pelos seus colegas de bancada João Cravinho e Eduardo Cabrita, sublinhou que "a quebra da receita corrente é brutal,

menos 725,7 milhões de euros, ou seja, menos 3,1 por cento do que no período homólogo do ano anterior".

Face aos dados agora divulgados da execução orçamental de Outubro, Joel Hasse Ferreira considera que "todo este padrão ilustra o fracasso de uma política que se pretendia de consolidação orçamental". Ao invés, afirma, "o que o Governo consolida é a recessão, o que o Governo reforça é o aumento do desemprego, o que o Governo promove é a quebra do investimento, o que o Governo não combate é a fraude e a evasão fiscais".

Citando os números do Banco de Portugal que revêem em baixa as suas previsões apontando mesmo para um "crescimento negativo" da economia portuguesa, Joel Hasse Ferreira considerou que o actual Executivo, "prende de irresponsabilidade", aguarda sentado pela retoma europeia e norte-americana.

Brutal aumento de endividamento

Os deputados socialistas referiram



Em vez da prometida consolidação orçamental, os números do Banco de Portugal revelam o total fracasso das políticas financeiras do Governo

ainda que "as previsões de receita inscritas na proposta orçamental para 2004 não têm validade", o que é confirmado "pelo brutal aumento" de endividamento apresentado pelo Governo até cerca de 8250 milhões de euros, que representa 6,3 por cento do PIB. Por este ritmo, "a senhora ministra prepara-se para ultrapassar a sua marca histórica de 1993".

Por sua vez, João Cravinho chamou ainda a atenção para o facto de as receitas extraordinárias lançadas por Ferreira Leite em 2002 e 2003 para não ultrapassar o défice de três por cento representarem, respectivamente, 1,5 por cento e 2,3 por cento do PIB.

Por isso, concluiu, "estas e outras manigâncias" a que cada vez mais a ministra Ferreira Leite se socorre para cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) são a "confissão clara" de que "as finanças públicas estão descontroladas, cada vez existe menos rigor e maior mistificação do valor real do défice".

J. C. CASTELO BRANCO

PS PROPÕE MODELO PROFISSIONAL DE GESTÃO DAS FLORESTAS

A atribuição ao primeiro-ministro da tutela da gestão das florestas e a sujeição do direito de propriedade a novos deveres, sob pena de punição com coimas ou arrendamento compulsivo das áreas mal geridas, são duas das novidades constantes de um projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS que propõe novos modelos de gestão profissional das florestas.



O projecto de lei do PS ao avançar com a criação de três novas instituições, a Agência Gestora da Floresta Nacional (AGFN), o Fundo de Reconversão Florestal (FRF) e as Unidades de Gestão Florestal (UGF), "tem como objectivo central criar condições para uma gestão profissional da floresta na zona do minifúndio, de forma a aproveitar ao máximo as suas potencialidades, reduzindo ao mínimo as condições favoráveis à ocorrência e propagação de incêndios", afirmou ao "Acção Socialista" o deputado Capoulas Santos. "As condições políticas são agora propícias, na sequência da tragédia deste Verão, infelizmente, para avançar com uma reforma que contém um conjunto de medidas tendentes a implantar um modelo de gestão profissional, de forma a evitar a repetição de idêntica calamidade", disse.

O ex-ministro da Agricultura destacou, entre as três novas instituições que constam do diploma, a Agência Gestora da Floresta Nacional (AGFN), que fica na dependência directa do primeiro-ministro.

Entre outras atribuições, este organismo

teria competência para "garantir o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais das zonas territoriais onde exerce as suas competências, promover o acesso à utilização social dos espaços florestais, harmonizando as múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos ambientais, paisagísticos, recreativos, científicos e culturais e assegurar a melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores dos sistemas florestais". Caberá igualmente à AGFN "colaborar na criação de instrumentos de fomento florestal e assegurar a sua correcta aplicação", bem como "proceder ao reconhecimento, credenciação e extinção das UGF".

Quanto às Unidades de Gestão Florestal (UGF), "unidades territoriais constituídas por prédios rústicos pertencentes a uma ou mais entidades", são da sua competência a gestão das áreas florestais que ficarão sob a sua tutela e a elaboração e execução dos planos de prevenção contra incêndios na sua área de actuação.

Os proprietários de terrenos localizados nas UGF, nos termos da proposta socialista, são obrigados a gerir a sua

propriedade, estabelecendo-se para o não cumprimento deste dever um conjunto de contra-ordenações que podem ir de uma coima de 250 euros por hectare até ao arrendamento compulsivo da propriedade.

Desenvolvimento sustentável da floresta

O diploma da bancada socialista contempla ainda a criação do Fundo de Reconversão Florestal (FRF), destinado a "financiar acções que visem o desenvolvimento sustentável e a protecção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, sendo a gestão financeira assegurada pelo IFADAP". Salientando que o PS fez mais em seis anos no domínio da floresta do que os governos de Cavaco Silva em dez, Capoulas Santos manifestou dúvidas quanto à receptividade da maioria a esta proposta socialista. É que, sublinhou, ainda recentemente um diploma do PS que visava "isentar em 2004 os proprietários de áreas inferiores a cinco hectares dos emolumentos para legalizar o seu património foi chumbado pela maioria de direita".

J. C. C. B.

AÇORES

ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2004 REFORÇA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Os deputados socialistas do parlamento regional açoriano vão votar favoravelmente a proposta do Governo de Carlos César para o Plano e Orçamento para 2004, por o considerarem "realista" face às limitações impostas pela crise económica.

"A proposta do Governo tem um largo apoio porque é realista e reconhece as limitações que a crise económica impõe" às ilhas, afirmou Francisco Barros, no final das jornadas parlamentares do PS/Açores, que decorreram em Angra do Heroísmo.

Barros realçou que a proposta do Governo Regional, liderado pelo PS, é "um Orçamento de rigor, onde as receitas não são extrapoladas e as despesas são contidas e orientadas para o investimento reprodutivo".

O Plano e Orçamento para 2004, o último



da actual legislatura, corresponde a um montante global de 279 milhões de euros. Durante dois dias, os deputados reuniram-se por grupos de ilha com todos os secretários regionais do Governo açoriano, para encontrar as "melhores soluções de opção de investimento", acrescentou o porta-voz socialista.

O deputado regional disse ainda que a bancada do PS/Açores poderá contribuir para a proposta governamental "com pequenas alterações conjunturais", mas não no essencial de cada um dos programas previstos.

Francisco Barros frisou que os investimentos propostos "reforçam a estratégia de desenvolvimento em curso" e apostam em "factores estruturantes", como a ciência e tecnologia, protecção ambiental e o incremento do sector produtivo privado.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

FORMAR MENTALIDADES PARA COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O PS vai entregar, na Assembleia da República, um projecto de resolução que prevê uma avaliação anual do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD), actualmente em vigor, por forma a tornar mais eficaz o combate a este flagelo social.

Assim, o documento projecto prevê que seja elaborado e enviado ao Parlamento um relatório de anual do segundo PNCVD, aprovado este Verão, procedendo-se ainda a avaliação, em sede da 1ª Comissão, das



aplicações das leis relativas ao problema.

Por outro lado, os socialistas propõem que as respostas existentes no terreno, como as casas de abrigo para vítimas, sejam articuladas em rede.

De acordo com Sónia Furtuzinhos, "existem filas de espera para os abrigos existentes, o que é dramático para mulheres que são diariamente agredidas". Em matéria de prevenção, o projecto de resolução insiste na introdução desta temática nos currículos escolares, por forma a sensibilizar e alertar as crianças para as características de um quadro de violência doméstica e alguns procedimentos básicos a adoptar.

O respeito pelas diferenças culturais é também uma preocupação expressa na iniciativa legislativa que será levada à discussão pelo PS, na medida em que chama a atenção para a necessidade de formar as mentalidades de todos os agentes que contactam com vítimas de violência doméstica, alertando-os para as particularidades de casos enquadrados em conjunturas étnico-raciais específicas.

Neste sentido, a deputada Sónia Furtuzinhos, em conversa com o "Acção Socialista", chamou a atenção para a utilidade de mediadores culturais, que permitam uma aproximação mais eficaz e eficiente a diferentes comunidades minoritárias onde o problema da violência ganha contornos diferentes.

M.R.

PEDIDA REAPRECIAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CASA DO DOURO E IVDP DO DOURO E IVDP

Dois pedidos de apreciação parlamentar relativos aos decretos que fazem publicar os estatutos da Casa do Douro e do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) foram apresentados pelos deputados do PS eleitos pelos círculos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, por considerarem que os novos estatutos destas duas instituições não resolvem, antes agravam, os problemas que se vivem na Região Demarcada do Douro.

Em conferência de Imprensa, o deputado do PS eleito pelo círculo de Vila Real, Ascenso Simões, sustentou que o peso das adegas cooperativas na composição do Conselho Regional de Viticultores do Douro, que passará, segundo os novos estatutos, a eleger a direcção da Casa do Douro, faz com que a lei fique ferida de uma "gritante inconstitucionalidade".

É que, sustentou, "os associados das adegas cooperativas passarão a ter um peso duplo relativamente aos não associados, passando deste modo a haver viticultores com um voto e outros com dois votos, ferindo os princípios da igualdade e universalidade".

A Casa do Douro, adiantou, "é uma associação pública, de inscrição obrigatória, pelo que não pode haver votos valorizados, votos que tenham uma mais-valia".

GOVERNO TEM MEDO DOS GRANDES

1. A forma como Manuela Ferreira Leite se comportou nas reuniões do Eurogrupo, que integra os Estados-membros da zona euro e do Ecofin, Conselho Europeu dos Ministros da Economia e Finanças, merece uma apreciação fortemente crítica.



JOEL HASSE FERREIRA

Opinião

Contrariamente ao que alguns profetas da desgraça anunciavam, o euro não só resistiu bem às realistas decisões tomadas pelos ministros europeus das Finanças como terá contribuído para a sua valorização face ao dólar, cada vez mais ameaçado pelos receios internacionais, nos meios políticos e financeiros, relativamente ao minado formigueiro iraquiano.

Mas o inadequado comportamento de Manuela Ferreira Leite e dos demagogos que procuram justificar, mal, a posição do Governo português coloca realmente em causa todo o processo criador em que assentava a estratégia de Lisboa e que visava transformar o espaço europeu no mais competitivo e tecnologicamente desenvolvido do mundo. Mantendo a fidelidade ao modelo social europeu e às regras da coesão económica e social entre Estados e regiões com diferentes níveis de desenvolvimento.

2. O projecto e a prática deste Executivo passam pela clara subalternização de Portugal nos planos europeu e mundial, bem como pelo agravamento das desigualdades sociais e regionais no plano nacional. Tudo isto combinado com um discurso falso e demagógico que procura camuflar estas opções.

A adopção do Pacto de Estabilidade e Crescimento foi motivada por uma fortíssima pressão alemã, que pretendia tranquilizar os cidadãos germânicos quanto ao destino do euro, no qual o marco alemão teria que se integrar. Por outro lado, vivia-se na Europa da União uma conjuntura económica globalmente expansionista, na qual tinha sentido estabelecer-se uma limitação dos valores dos défices como aquela a que se procedeu.

3. Logicamente, todos os processos colectivos económicos e monetários têm que ter a sua pilotagem política, especialmente quando são completamente inovadores, como era e é o caso. Hoje a conjuntura económica europeia alterou-se completamente e o euro consolidou-se, valorizou-se e prestigiou-se face ao dólar, talvez até a sua valorização, estando já a criar problemas às exportações e ao desenvolvimento de algumas economias europeias.

O problema, então, na ordem do dia, é como compatibilizar o vector estabilidade monetária com o vector crescimento económico. E aqui, os governos alemão e francês tiveram, contrariamente ao Governo português, uma leitura inteligente do Pacto de Estabilidade e Crescimento, defendendo os seus Estados e os seus cidadãos *do efeito nefasto de políticas recessivas*. Quanto aos ingleses, há muito que defendem o respeito pela regra de ouro das finanças públicas inscrita no Tratado, ou seja, que o défice seja sempre inferior ao investimento.

4. Contrariamente ao Governo e ao PSD, o PS está muito à-vontade nestes domínios. Por um lado, porque o secretário-geral, Ferro Rodrigues, chamou muito oportunamente a atenção para este assunto, no Verão de 2002, em Resende, sublinhando nomeadamente a necessidade de se ter em conta o caso dos países como Portugal, receptores líquidos de fundos comunitários, na aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Por outro lado, há que recordar o papel decisivo que o PS teve na aprovação pela Assembleia da República de uma resolução em que se mandatava o Governo para desenvolver, nas instâncias europeias, as diligências conducentes à reavaliação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Quanto tempo se teria ganho, quanta miséria se teria poupado, quanto desemprego se teria evitado, quanto prestígio teria logrado o Estado português se, por nossa iniciativa, esse processo tivesse sido desencadeado! Fazer política é também prever. Foi o que fizemos. Foi uma oportunidade que o Governo de Durão Barroso desperdiçou.

5. Assim, não. A reboque, como de costume nas instâncias internacionais, desde que este Governo está no poder, não se quis aplicar à Alemanha e à França *as sanções que, efectivamente, impendem sobre o povo português*, tornando ainda mais evidente o isolamento político internacional em que a política do actual Governo coloca Portugal. Medo dos grandes, lá fora, desprezo pelas necessidades do povo português, cá dentro. Porque para este doméstico Governo, haverá sempre lá fora e cá dentro. Lá fora será tolerante, subserviente mesmo, cá dentro arrogante, autista mesmo. Demagogo e superficial, em Lisboa e nas outras capitais europeias.

DEBATE DE URGÊNCIA SOBRE O PEC

POSIÇÃO PORTUGUESA NO ECOFIN É INCOERENTE E CONTRADITÓRIA

A reavaliação do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) foi mais uma vez pedida pelo PS, que acusou a ministra das Finanças de "incoerência" por não ter tido coragem de defender no Ecofin as "políticas absurdas que impõe aos portugueses", ao votar favoravelmente a ausência de sanções à França e Alemanha que ultrapassaram o défice de três por cento imposto do PIB.



O GPI/PS voltou a pedir ao Governo que reavale o PEC para não prejudicar mais a economia

Intervindo no debate de urgência no Parlamento pedido pelo PS sobre "a crise das regras do PEC e as consequências da continuidade da sua aplicação cega em Portugal", Joel Hasse Ferreira reafirmou que "uma política orçamental correcta não é a que diminui o investimento e aumenta o desemprego". Não poupando nas críticas à obsessão do Governo português pelo défice, responsável pela apresentação de um Orçamento de Estado para 2004 que "é uma brutal sanção para a generalidade do povo português", o deputado socialista acusou o Governo de ter tomado no Ecofin uma posição "absolutamente contraditória" com tudo o que vem dizendo e fazendo no domínio da política financeira, com grave prejuízo para o crescimento da nossa economia.

Hasse Ferreira aproveitou para recordar que já desde Janeiro de 2003 o PS tinha apresentado uma resolução aprovada por maioria na Assembleia da República, em que se recomendava que Portugal "se devia empenhar na reavaliação do

PEC, de modo que este instrumento não compromettesse antes beneficiasse o crescimento e a coesão social da União Europeia".

Infelizmente, referiu o deputado socialista, passados dez meses e meio desde a resolução votada no plenário, concluiu-se que "foi tempo perdido pelo actual Governo, que descurou os reais interesses do País e da Europa, mergulhado numa política obcecada pelo défice, sem qualquer estratégia económica e com uma política de deterioração social". Por isso, "é importante, é cada vez mais urgente que o Governo português se empenhe na reavaliação do PEC, como o defendemos em Janeiro de 2003".

As críticas a Ferreira Leite estiveram também a cargo de Elisa Ferreira e João Cravinho. Na sua intervenção, a deputada socialista reafirmou que "não há uma efectiva consolidação das finanças públicas", argumentando que "reduzir défices com venda de património só tem uma consequência, que é ficar com

menos património".

É que, explicou, "o défice só se corrige com uma política de desenvolvimento e não o contrário", pelo que, concluiu, "as políticas do actual Governo são muito mais estúpidas que o PEC que está em 'stand-by'".

Ministra faz pirueta de 180 graus

Neste contexto, Elisa Ferreira criticou também duramente as posições de Ferreira Leite na reunião do Ecofin, sublinhando que "na hora da verdade a mais entusiasta defensora do PEC deu uma pirueta de 180 graus e juntou-se aos prevaricadores".

Já o deputado João Cravinho, na fase final do debate, acusou Ferreira Leite de ter uma postura de "regedor de paróquia", concluindo que "Portugal tem uma cadeira vazia no Ecofin" e "estará sempre calado quando houver decisões importantes a tomar".

J. C. CASTELO BRANCO

TÊXTEIS E VESTUÁRIO

GOVERNO DEVE DEFINIR POSIÇÃO NA PROTECÇÃO DO SECTOR

É preciso que o Governo defina se vai adotar uma posição "firme e patriótica" na defesa dos legítimos interesses de Portugal e das suas empresas têxteis, garantindo postos de trabalho, numa conjuntura de forte recessão com preocupantes índices de desemprego, ou se, pelo contrário, acatará obedientemente aos designios dos grandes países europeus, insensíveis aos problemas do sector, negligenciando os interesses nacionais e insistindo numa política obsessiva que sistematicamente põe sob suspeição este segmento industrial.

Esta a exigência que o deputado socialista Fernando Moniz corporiza num requerimento dirigido ao ministro da Economia, apresentado na mesa da Assembleia da República, no passado dia 27 de Novembro, onde critica igualmente a recente tentativa norteamericana de estabelecer limites à importação destes produtos.



Recordando que a produção têxtil e de vestuário tem "inegável importância" para o nosso país ao nível, nomeadamente, do emprego e da criação de riqueza e das exportações, "sendo preponderante em determinados espaços territoriais como é o caso dos vales de

Ave e Cávado", Moniz questiona a razão pela qual, na recente visita oficial de Durão Barroso a Angola, país com potencialidades no que diz respeito ao reforço de comércio com Portugal, a Associação Industrial do Minho não foi convidada a integrar a representação oficial.

FERRO EM SINTRA

CORTES NOS SUBSÍDIOS DE DOENÇA SÃO IMORAIS

Os cortes que o Governo pretende introduzir na atribuição de subsídios de doença, "mudando as regras do jogo", foram criticados pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, que chamou a atenção das autoridades nacionais para a ilegitimidade desta medida que constitui "mais uma perda inexplicável de direitos dos trabalhadores".

Falando na sessão de encerramento da Convenção Autárquica do PS/Sintra, Ferro Rodrigues disse que estes cortes nos subsídios de doença são mais um exemplo da política que o Governo vem prosseguindo de "atacar fortemente os trabalhadores" e de "pretender sempre poupar à custa dos mais fracos". E lamentou, ao invés, que até agora "nenhuma medida tenha sido tomada contra os mais fortes", por exemplo, "ao nível fiscal".

Acusando o Executivo de direita de "insensibilidade social", o líder do PS mostrou-se indignado com a "inoperância governamental" face ao aumento exponencial do desemprego. "Dá a sensação que não há qualquer preocupação com o aumento brutal do desemprego", disse, referindo que, segundo os últimos dados divulgados, em Outubro deste ano o desemprego aumentou 22 por cento em relação ao mês homólogo do ano passado.

Por outro lado, sublinhou, o Executivo de direita é "conformista" em matéria económica e os resultados estão à vista: "Conduziu o País para a recessão e um beco sem saída".

"É terrível que o Banco de Portugal refira que em 2003 a queda na actividade económica possa ir até 1,5 por cento e que estejamos confrontados com uma hecatombe orçamental, com o défice real este ano a atingir os cinco por cento, se descontadas as receitas extraordinárias, ou seja, as manigâncias contabilísticas", disse.

Num discurso duro várias vezes interrompido pelos aplausos dos autarcas socialistas, Ferro Rodrigues acusou ainda o Governo de "autoritarismo" em matéria internacional, criticando a "decisão unilateral de apoio à guerra no Iraque". E, numa referência ao envio da GNR para o Iraque, avisou que os socialistas "nunca aceitarão um regresso aos tempos antigos, obrigando-os ao silêncio em nome de uma solidariedade".

O secretário-geral disse ainda que o actual Governo, afinal, não tem uma, mas sim duas obsessões: "a maquilhagem do défice" e "o ataque ao PS". E lembrou, a propósito, que no debate do Orçamento de Estado, "o Governo, o PSD e o CDS gastaram 50 minutos a atacarem-nos, o que não se compreende, sobretudo vindo de quem diz que os socialistas estão frágeis". No plano interno, Ferro Rodrigues manifestou a sua "total solidariedade" a Edite Estrela, alvo de "uma campanha inadmissível", e fez também questão de agradecer o apoio recebido de José Sócrates "nos momentos mais difíceis", acrescentando que a campanha exterior contra o PS serviu para "cimentar a unidade do PS".

Na sua intervenção, o líder do PS reafirmou que "não há divergências quanto à estratégia no PS" e "há uma grande vontade colectiva de sermos melhores, de não nos intimidarmos com os ataques".



O Governo ataca os trabalhadores e poupa à conta dos mais fracos

Por sua vez, o dirigente socialista José Sócrates sublinhou que desde que o Governo tomou posse há um ano e meio há "duas questões políticas centrais" em que "falhou e conduziu mal Portugal": "A política económica" e a "decisão de apoiar a intervenção militar no Iraque". "A actual crise económica é das piores que atravessámos nestes 30 anos de democracia", com "Portugal a crescer menos que a média europeia pelo segundo ano consecutivo", disse, concluindo que o Governo "falhou" nas suas políticas.

Por outro lado, e quanto ao Iraque, o dirigente socialista afirmou hoje claro que a decisão do Executivo de direita foi "um erro que na altura foi denunciado". Segundo sublinhou Sócrates, "o mundo não está melhor, e

o terrorismo não abrandou", acrescentando que a guerra foi justificada com base "num dos maiores embustes à opinião pública mundial". Por isso, considerou ser necessário "fazer um julgamento político" desta opção de Durão Barroso.

Concelho de Sintra à deriva

Já Edite Estrela, ao intervir na sessão de encerramento, depois de felicitar o secretário-geral pela "força e qualidade" do seu discurso no Parlamento no debate do Orçamento de Estado e de lhe manifestar "total solidariedade" pelos "ataques sórdidos, no quadro de uma tentativa de linchamento político", centrou a sua intervenção num ataque cerrado ao Governo e à gestão da Câmara de

Sintra. "Os portugueses são massacrados com a tese da pesada herança com que o Governo tenta camuflar a sua incapacidade para resolver os problemas do País, que se encontra mergulhando na depressão", disse, sublinhando, por outro lado, que o concelho de Sintra se encontra na "total estagnação e em perigosa deriva", com um presidente de Câmara, que "não tem estratégia ou qualquer ideia". "Sintra - valorização territorial e desenvolvimento sustentado", foi o tema desta convenção autárquica, amplamente participada, cujo debate decorreu em torno dos painéis "Promover e modernizar a base económica" e "Desenvolver e (re)qualificar".

J. C. CASTELO BRANCO

AUTARCAS DO PS RESPONSABILIZAM GESTÃO DE SEABRA PELA PARALISIA DE SINTRA

Os autarcas do PS reunidos na Convenção Autárquica de Sintra aprovaram duas moções por unanimidade em que manifestam a sua preocupação com a grave situação de paralisia total em que o concelho se encontra mergulhado e pelo aumento da insegurança.

Na primeira moção, os autarcas socialistas reafirmam a sua "total discordância pela forma como o concelho de Sintra está a ser governado, em que os interesses pessoais e partidários se sobrepõem aos legítimos interesses e necessidades das populações", no quadro de uma "governança assente na troca de favores e com base no negócio partidário". No documento, os socialistas responsabilizam o presidente da Câmara de Sintra, e maioria PSD/PCP que o apoia, "por tudo o que de negativo se está a passar, e que compromete gravemente o futuro do concelho e das suas gentes" e também a maioria que apoia o Governo, "por



não ter sido sensível às propostas do PS de alteração ao Orçamento de Estado e que contemplavam um maior volume de investimento em Sintra, designadamente nas áreas das acessibilidades, da saúde, da educação e da segurança".

Os autarcas do PS referem ainda que vão dar conhecimento das "situações mais gravosas" ao Tribunal Constitucional, à IGAT, à IGF, à Assembleia da República e ao Chefe de Estado.

Na outra moção, e face ao "acréscimo de criminalidade no concelho", em particular nos comboios da linha de Sintra, os socialistas exortam o Governo e a Câmara "a promover uma análise conjunta e profunda da situação de segurança no concelho, de modo a tomar as medidas urgentes de reforço da tranquilidade pública e das condições de segurança dos cidadãos".

PS/AÇORES DENUNCIA**ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL DESINVESTE
NO ARQUIPÉLAGO**

O desinvestimento da Administração Central em vários serviços do Estado no arquipélago açoriano reflecte-se na taxa de execução do PIDDAC, cujo valor ronda a "ordem dos 30 por cento". Esta a denúncia feita pelo PS/Açores, numa conferência de Imprensa, realizada no passado dia 24 de Novembro, onde foram apresentadas as conclusões da reunião do Secretariado Regional.

Além da diminuição de quatro por cento para as pescas, o plano demonstra o "desinvestimento que abrange diversos sectores" como os serviços de justiça, forças de segurança e repartições de finanças, sublinhou André Bradford.

Mas, segundo este dirigente socialista, um dos "casos mais graves" desta situação reside nos CTT, que tem assumido uma "postura de chantagem perante as autarquias locais", no âmbito do processo de reestruturação da empresa.

De acordo com Bradford, as autarquias estão, assim, "colocadas face à alternativa de verem as suas populações privadas de estações de correio ou de terem de assumir encargos que não podem suportar".

Perante isso, o PS/Açores decidiu dar orientações aos seus deputados na Assembleia da República para manterem uma "particular atenção sobre a actuação do CTT" nesta região autónoma.

O PS/Açores reafirmou ainda a "importância" da política de emprego do Governo Regional, que permitiu que, nos últimos seis anos, "uma média anual de seis mil pessoas tenham conseguido um posto de trabalho".

Na reunião do Secretariado Regional, a primeira após o Congresso que reelegeu Carlos César como líder regional, os socialistas açorianos aprovaram por unanimidade o nome de Paulo Casaca como candidato do partido nas ilhas ao Parlamento Europeu.

**CARLOS CÉSAR GARANTE
MAIOR APOIO
À JUVENTUDE AÇORIANA**

A Juventude açoriana "pode confiar num Governo que cria quase cinco mil postos de trabalho por ano", afirmou Carlos César no encerramento do VI Congresso da JS da região autónoma.

Na sua intervenção, o líder do PS/Açores anunciou a criação de um Instituto da Juventude, destinado a gerir e coordenar todas as políticas ligadas aos jovens açorianos, caso os socialistas se mantenham no Governo Regional após as eleições de 2004.

O líder do PS/Açores disse ainda que o partido conta com a sua organização de juventude para a elaboração do programa eleitoral das regionais de 2004, ao anunciar que a presença da JS estará assegurada no Parlamento na próxima legislatura.

PS/PORTO**FEDERAÇÃO CONTESTA EXTINÇÃO
DA PEDIATRIA ONCOLÓGICA
NO S. JOÃO**

O encerramento do serviço de pediatria oncológica do Hospital de S. João, no Porto, está a ser alvo de forte contestação dos socialistas portugueses, que desafiaram o Ministério da Saúde a divulgar os estudos que o levaram a tomar esta medida.

Em comunicado, a Federação do PS/Porto refere que "esta medida não resulta de nenhum argumento de natureza técnica e, ao afastar as crianças com cancro de um serviço de pediatria geral para as incluir num hospital fundamentalmente destinado a adultos (IPO), atenta contra a opinião generalizada dos especialistas sobre o ambiente que deve ser criado em torno das crianças doentes".

O PS/Porto pergunta onde vão os pais levar as crianças "quando elas tiverem de recorrer à urgência o que, em função da gravidade das doenças e dos respectivos tratamentos, acontece muitas vezes".

ESPICHEL PARADO

Não sendo sagrado, o Cabo Espichel é um dos locais mágicos de Portugal.

Para reverter a situação de abandono, os governos do PS mobilizaram meios financeiros que permitiram o restauro da Igreja de Nossa Senhora de Espichel, estando previsto que se continuariam as obras no santuário e na sua envolvente, de forma a rentabilizar economicamente o espaço com recurso a investimentos nas áreas do lazer e do turismo.

Visando sublinhar bem a diferença entre "o fazer e o não fazer" e para confirmar que o País está de facto parado o secretário-geral do PS, deslocou-se ao local acompanhado por uma comitiva socialista em que se integravam o presidente da Câmara de Sesimbra, a presidente da Câmara do Montijo e da Federação de Setúbal, o deputado Joel Hasse Ferreira, entre outros militantes e dirigentes.

Este é um caso evidente de "interesse público e nacional" completamente paralisado, disse Ferro Rodrigues sobre o projecto para o Cabo Espichel.



Chegou a haver um protocolo para a construção de uma pousada da Enatur, com uma verba de dois milhões de contos. O actual Governo paralisou o projecto

FERRO NA SEDE DA QUINTA DO CONDE**PS VIVO COM SECÇÕES FORTES**

"Tenho mais gosto em estar com os militantes do que muitas vezes nas reuniões dos órgãos nacionais", declarou Ferro Rodrigues aos socialistas da Secção da Quinta do Conde. Fê-lo nas breves palavras que proferiu ao assinalar o fim da segunda fase das obras da sede da Secção, propriedade do partido graças aos contributos dos militantes.

A inauguração propriamente dita da ampliação das instalações que passam a contar com mais um espaço primeiro andar, foi uma bela de uma feijoada em franca e alegre camaradagem, no passado sábado.

Aos socialistas da Quinta do Conde, o secretário-geral do PS, antes de se deslocar à Feira do Montado em Portel a convite do presidente da Câmara local, o nosso camarada Patinho, deixou a mensagem: "Para ficarmos mais fortes é importante que as secções tenham vida própria, que tenham a capacidade de debater internamente", disse. Junto das bases, Ferro Rodrigues desfez nas políticas do Governo, chamou particular atenção



para os cortes nos subsídios de doença, e começou já a mobilizar para as europeias: "Podem contar comigo para que essas eleições sejam um primeiro momento de viragem política", disse.

www.ps.pt

COLÓQUIOS

SAÚDE NÃO PODE FICAR REFÉM DO ECONOMICISMO

Conforme definido pela Comissão Política, o Partido Socialista está a dedicar especial atenção às questões relativas à saúde. Por isso, o Grupo Parlamentar do PS organizou um ciclo de colóquios que visam apurar informações para as Jornadas Parlamentares dos próximos dias 15, 16 e 17, em Coimbra.

A "Política do Medicamento", foi objecto de análise no encontro de Viseu, moderado por Correia de Campos, que começou por saudar a "perspectiva construtiva" do PS que não se confina ao levantamento dos problemas mas que se preocupa em encontrar soluções. Numa crítica ao Governo, o ex-ministro da tutela começou por chamar a atenção para o facto do Hospital de Viseu ter agora uma recém-nomeada direcção constituída por um ex-funcionário das finanças, um antigo empregado bancário e um coronel reformado, ou seja, ninguém com especial afinidade para lidar com a saúde.

Sobre as potencialidades e limitações do sistema de preços de referência para medicamentos, o professor Carlos Gouveia Pinto referiu-se aos genéricos e demonstrou que, em regra, estes continuam a ter um valor elevado.

Por seu turno, Francisco Ramos, ex-secretário de Estado socialista, fez uma análise da evolução da saúde em Portugal através da comparação de alguns indicadores, entre 1970 e 2002. As conclusões são claras. "A mortalidade infantil sofreu uma queda sem precedentes, o número de internamentos está perto da duplicação, quase 100 por cento dos partos foram hospitalares, num quadro de crescimento demográfico moderado". Portanto, sublinhou, "muitas mais pessoas acorreram, nas últimas três décadas, ao Sistema Nacional de Saúde", pelo que é imperativa uma maior atenção do Estado para com esta área. É que, rematou, "as evidentes tendências dos indicadores chamam a atenção para uma responsabilização governativa que não se compadece com estratégias economicistas que cegamente teimam em chocar com a realidade".

Neste contexto, uma reflexão sobre os medicamentos faz todo o sentido. Assim o defendeu João Brochada, representante da Associação Portuguesa dos Farmacéuticos Hospitalares, para quem a

utilização de genéricos em valências de saúde públicas deve atender aos critérios clínicos da composição dos medicamentos e não às marcas.

"O aumento do seu uso e o controlo rigoroso do mesmo pode contribuir para uma maior eficácia na prestação de cuidados de saúde", observou, ressaltando ainda que tal medida não faria disparar significativamente os custos dos tratamentos.

Acesso a cuidados primários na origem das listas de espera

Três dias antes no Auditório do Edifício novo da Assembleia da República coube a Maria de Belém moderar um outro debate, este sobre "Listas de Espera". Afonso Candal, que no âmbito da direcção do GP/PS tem a tarefa de coordenar estes encontros, apelou a uma troca de opiniões "com sensatez e verdade" que atendessem a "definições demográficas e geográficas" para poder formar-se um "pensamento alargado e sem preconceitos", mesmo num contexto em que a contabilidade impera sobre o bem-estar das pessoas.

No papel de moderadora, Maria de Belém, exprimiu votos de uma melhoria



perceptível no sistema de saúde em Portugal. É que, disse, o diagnóstico nesta área, muito mais do que em outras, "deve ser de completo rigor".

"Se o problema não for correctamente equacionado, dificilmente será resolvido", reafirmou, para depois dar a palavra ao professor Cipriano Castro, que fez uma intervenção de fundo relacionada com o acesso aos cuidados primários, pois, segundo o seu ponto de vista, é este o cerne da questão das listas de espera. Segundo este docente universitário, se as pessoas não conseguirem consultas

nem diagnósticos precisos das suas doenças, as listas de espera viradas para a cirurgia não engordam, mas o sistema de saúde continua enfermo.

O presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos, Miguel Leão, fez uma apreciação mais vasta sobre a política de saúde da direita, referindo-se a casos concretos para demonstrar que, em ano e meio, as práticas contradizem o Programa de Governo que os portugueses votaram. Assim, concluiu, "o SNS não está a ser reforçado, pelo contrário, criam-se

clivagens que minam os princípios da universalidade e da gratuitidade tendencial".

Para falar nas listas de espera no âmbito hospitalar usou da palavra o José Miguel Boquinhas, para quem é "absolutamente necessário" fazer "um diagnóstico aprofundado das causas gerais e específicas de tais demoras".

Imperativa é, igualmente, a "transparência total do sistema", ou seja, o doente deve saber qual o grau de urgência do seu problema (o seu lugar na lista) e quanto tempo pode demorar a ser tratado. Por último, o ex-secretário de Estado da Saúde advogou a harmonização dos graus de urgência conforme as diferentes patologias, por forma conferir mais eficácia à gestão das listas de espera.

No próximo número do "Acção Socialista" daremos nota dos restantes colóquios que o PS tem agendados sobre esta matéria.

Ontem, pouco depois do fecho desta edição, decorreu o debate "Por Novas Políticas na Saúde: Gestão Hospitalar SA". No próximo dia 9, este ciclo encerrar-se-á em Portimão, onde se irá analisar a problemática dos "Cuidados Primários e Políticas de Saúde".

MARY RODRIGUES

FERRO PREOCUPADO COM A SAÚDE DOS PORTUGUESES

No seguimento de um conjunto de visitas realizadas a diversas unidades nacionais de cuidados e assistência médica para denunciar o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Ferro Rodrigues esteve, no passado dia 27 de Novembro, no Hospital São Francisco Xavier (HSFX), onde se manifestou "seriamente preocupado" com a falta de atenção a que foi votado este sector, advertindo que Portugal não pode apenas discutir problemas relacionados com finanças públicas.

O secretário-geral do PS falava final de uma reunião com o Conselho de Administração do HSFX, depois de se ter gerado polémica sobre a existência ou não de uma "operação de cosmética" para esconder os problemas de sobrelotação daquela valência de saúde.

Com os deputados Afonso Candal, Miguel Coelho e Celeste Correia, a delegação socialista chefiada por Ferro Rodrigues, foi informada durante a visita de que 14 doentes internados – e que se encontravam instalados em más condições – teriam sido transferidos na véspera para o Hospital Egas Moniz.

As informações até então reunidas davam fé de "graves problemas de sobrelotação" em alguns departamentos do hospital, em especial nas urgências gerais.

Questionado pelos jornalistas sobre a eventualidade de alguns doentes terem sido transferidos para outra unidade de saúde, alegadamente por causa da sua visita,

o secretário-geral do PS disse que, a ser isto verdade, teria de se deslocar com mais frequência aos hospitais por forma a ajudar a resolver o problema de mais algumas pessoas.

Ferro Rodrigues constatou ainda "uma enorme pressão sobre os profissionais de saúde que trabalham com grande sacrifício e dedicação" no São Francisco Xavier, onde, lamentou, "há camas fechadas por ausência de recursos humanos".

O secretário-geral do PS insurgiu-se igualmente "contra o arbrandamento das obras de ampliação no edifício dos cuidados materno-infantis, que deveriam ter terminado no primeiro semestre deste ano e que poderiam libertar a pressão registada nas urgências".

"Consta que há empresas construtoras a exigir indemnizações ao Estado", acrescentou Ferro, antes de sublinhar a sua preocupação com "a situação da saúde em Portugal".

"O PS está seriamente preocupado com a saúde dos portugueses e não apenas com o estado das finanças públicas. Pela minha parte, não estou obcecado com as finanças públicas", rematou.

Recorde-se que Ferro Rodrigues já visitou, no âmbito desta iniciativa, o Hospital Santa Maria, o da Estefânia e o de Penafiel, bem como a Maternidade Júlio Dinis, no Porto.

SOARES NOS 30 ANOS DO PS/ESPINHO

O CAMINHO É PELA ESQUERDA

Uma visão muito pessimista do actual estado da nação e um apelo para que o PS escolha claramente os caminhos da esquerda e apresente políticas sociais ousadas marcaram a intervenção de Mário Soares no jantar comemorativo do 30º aniversário da fundação do partido, realizado no passado sábado, em Espinho.

Apresentado por Almeida Santos como "o pai que é mais pai do que todos os pais da democracia e do PS", Mário Soares galvanizou por completo, no

passado sábado, a plateia de largas centenas de militantes, entre os quais alguns dos que o acompanharam nos primeiros tempos do partido, com um discurso em que começou por exortar o PS a ter "confiança em si mesmo" para inverter a actual situação.

"Temos que dar um exemplo de optimismo, temos que ter ideias claras, temos que ter uma estratégia", disse, defendendo que o partido deve ter "políticas sociais ousadas". Neste quadro, reiterou que o PS deve

escolher de forma clara e inequívoca os caminhos da esquerda que são os seus. "Somos o partido da esquerda, nunca fomos um partido de centro", lembrou, acrescentando: "Não queremos acabar com os ricos, queremos acabar com os pobres".

Vergonha das vergonhas

Por outro lado, o fundador do PS, que estava rodeado por figuras como Beatriz

Cal Brandão, Carlos Candal, Rosa Albernaz, Alberto Souto e José Mota, fez um diagnóstico muito negro da actual situação do País, criticando de forma particularmente dura a venda de património público para maquiular o défice. E considerou como "a vergonha das vergonhas" a decisão governamental de vender a estrangeiros o direito de cobrar as dívidas fiscais dos portugueses.

Também a obsessão da direita de rever a Constituição, que considerou uma das

mais democráticas da Europa, foi alvo das críticas de Mário Soares. "Vamos agora estragar a Constituição? Voltar para trás?", perguntou, classificando como "sábias e sensatas" as palavras de Jorge Sampaio na sessão solene do 20º aniversário do Tribunal Constitucional, onde o Presidente da República criticou o "frenesim da revisão constitucional" e advertiu que "a permanente instabilidade e mutação constitucional degrada a Lei Fundamental".

MEDEIROS FERREIRA AO "AS"

POR UMA GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Absolutamente contra a inclusão do cristianismo no preâmbulo da futura Constituição europeia, mas favorável a uma segunda câmara em Estrasburgo, Medeiros Ferreira considera "esquizofrénica" a coligação da direita ao Parlamento Europeu. Em entrevista ao "Acção Socialista", o antigo ministro dos Negócios Estrangeiro do I Governo Constitucional afirma que Portugal está a perder a sua dimensão de política externa. Em relação ao envio de elementos da GNR para o Iraque diz que foi um "acto temerário, filho do aventureirismo político do primeiro-ministro e do ministro da Defesa Nacional", e lamenta a humilhação do cancelamento de uma conferência de imprensa em Lisboa de um ministro português a mando de Londres. A globalização solidária deve ser a próxima grande bandeira dos socialistas, e sobre a matéria do momento afirma que "o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) vai ter que sofrer alterações de interpretação".



Face aos défices excessivos da Alemanha e da França, qual é o futuro do Pacto de Estabilidade?

Fui uma das primeiras pessoas a pôr em causa o Pacto de Estabilidade, desde a sua assinatura, embora gostasse de dizer que percebo a necessidade de uma contenção das despesas públicas e do endividamento na zona euro para dar credibilidade à nova moeda. Na fase de arranque do euro, o PEC pode ser compreensível e aceitável para o conjunto da zona. Portanto, a média de todos os países, no que diz respeito à dívida pública e aos défices orçamentais, isso faz sentido do ponto de vista monetário, da consolidação e da credibilidade do euro. Agora o PEC é um expediente político/administrativo, ou seja, em vez de se ver os grandes números na totalidade dos países da zona euro, faz-se uma fiscalização administrativa Estado por Estado, o que, do ponto de vista financeiro, não faz nenhum sentido. Depois o PEC obrigou os países, da Grécia a Portugal, a fazerem engenharia financeira no orçamento e, portanto, tornou-se um pacto mentiroso.

Porquê mentiroso?

Chamo-lhe mentiroso na medida em que cada país, no fundo com a tolerância de Bruxelas, desorçamentava partes efectivas das suas despesas. No caso da Grécia, o caso mais flagrante eram as despesas com a defesa que a Grécia não queria diminuir por razões que têm a ver com a sua situação geoestratégica, e desorçamentou-as. Portugal foi para a desorçamentação das despesas da saúde, além desta habilidade manhosa da ministra das Finanças que foi vender o património. O pacto, em si, estava já a ser furado de diferentes maneiras. A valia da Alemanha e da França, neste contexto, é a de que porque podem mais puseram a nu o pacto que já não era cumprido efectivamente por muitos mais países.

Face a esta situação, em seu entender há possibilidades de se reverem os números mágicos do pacto, isto é, défice até três por cento do PIB,

dívida pública abaixo dos 60 por cento e inflação na casa dos dois por cento?

Não há nenhum problema de inflação neste momento. No fundo, tudo isto tende à consolidação da moeda e à estabilidade dos preços. O objectivo da credibilização da moeda não oferece dúvidas porque o euro está a subir e vai talvez até criar dificuldades com essa sua subida, embora tudo isto seja cíclico e não valha a pena fazer grande especulação sobre isso. Agora a estabilidade dos preços mantém-se, embora haja uma pequena inflação, mas não se pode dizer que esse seja um problema.

Eu não teria feito assim relativamente ao Pacto. Aliás, critico também a esquerda europeia que se comprometeu daquela maneira com o pacto, tendo conseguido, de uma forma cosmética, chamar-lhe Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Está a sugerir que a esquerda se vergou às posições monetaristas?

Exactamente. Poderia ter sido mais útil, até do ponto de vista da eficácia do governo económico da União Europeia, se tivesse dito desde logo aquilo que está a acontecer: isto é um fetiche monetarista, tecnocrático, uma ditadura financeira dos bancos centrais, do banco central europeu, nós não vamos por aí, nós queremos uma coordenação económica em termos europeus, um orçamento comunitário maior para evitar os chamados choques assimétricos, que uma coisa que Portugal está a sofrer neste momento porque deu prioridade, sem o conseguir, ao controlo do défice.

Mas voltando ao futuro do PEC...

O pacto vai sofrer alterações de interpretação. Aliás, os regulamentos sobre o sistema de contas europeu têm vindo a sofrer interpretações várias.

Vamos ter um PEC II?

Vamos ter um entendimento mais flexível do pacto de estabilidade. Para mim isso é claríssimo. O entendimento, daqui para diante será político e não meramente técnico, ou seja, o Conselho de Ministros da Comunidade passa a ser uma palavra

mais forte do que a Comissão em matéria de défice. E isso, de certa maneira, é uma subversão dos termos das relações entre a Comissão e o Conselho. Neste domínio em particular, é o Ecofin mais os ministros das Finanças da zona euro que passam a mandar.

Está a querer dizer que a política vai mandar de novo?

Acho que se deveria dar o entendimento real ao PEC. Isto é, é a média dos países europeus da zona euro que conta para os três por cento do défice, para os 60 por cento da dívida pública. O que interessa é essa média a nível global de todos os países da zona euro. A sua fiscalização administrativa país por país não tem nenhum sentido económico nem financeiro, e já se viu que abre brecha política quando os países grandes assim o entenderem.

Neste momento crucial para a Europa também está em cima de uma mesa um projecto de Constituição. Qual o seu entendimento relativamente a esta questão?

Entendo que não haverá Constituição europeia sem a criação de uma Câmara que represente os Estados em igualdade de circunstâncias. E essa também é uma luta da esquerda europeia. Os partidos socialistas europeus agrupados no Partido Socialista Europeu deviam levar para a frente a ideia de uma segunda câmara, sobretudo para proteger os pequenos Estados. Porque os grandes Estados podem ser mais protegidos com esta ponderação de votos que há agora no Conselho de Ministros que ficou consagrado em Nice e que se encontra também no projecto de Constituição. Por outro lado, não pode haver Constituição europeia digna desse nome sem orçamento federal.

Isso coloca a questão do imposto europeu.

Sim, mas eu acho que mais cedo ou mais tarde haverá um imposto europeu. Quer dizer, já há, agora as transferências são feitas por cada Estado. Ou seja, as

O que devia interessar para os critérios do PEC era a média global de todos os países da zona euro

receitas próprias do orçamento da comunidade estão compendiadas. Uma percentagem da taxa do IVA que todos os portugueses pagam directamente ao Estado português é depois transferida para o orçamento comunitário. É uma das receitas próprias do orçamento da União, como também o são os direitos alfandegários. O que não há é uma transferência directa do imposto pago em Portugal directamente para Bruxelas. Portanto, concluo dizendo que já há impostos europeus, não há é um imposto directo europeu. Esse imposto directo, a existir, torna mais transparente a relação entre os cidadãos e a UE e pode engrandecer o orçamento da comunidade que é um factor, juntamente com a segunda câmara, fundamental para que haja efectivamente uma união política europeia.

Essa união política passa por referências de cariz religioso na futura Constituição europeia. Qual é a sua opinião relativamente à questão de ser introduzido o cristianismo no preâmbulo do texto constitucional? Sou absolutamente contra. Iriamos comprar uma guerra sem necessidade nenhuma. Acho que a construção europeia é um pacto político entre os Estados e entre os cidadãos. E é um pacto político que vale como pacto político, ou seja, tendo no fundo a tradição mais positiva de como se constituiu uma comunidade política. Querendo os cidadãos e os Estados viverem em conjunto, em comunidade, estabelecem essa ligação ou por tratado internacional ou através de um tratado constitucional que é para onde se caminha. A questão da terminologia, se vamos chamar-lhe Constituição ou tratado constitucional, é como que se ter um filho que se chama

Francisco no registo civil e Chico em casa. Portanto, o que está em discussão é um tratado constitucional, que no tratamento familiar vai chamar-se Constituição europeia.

Referendo em Portugal, sim ou não e porquê?

Tenho tendência a propor o referendo. Quando Portugal pediu a adesão, no I Governo Constitucional em que Mário Soares era primeiro-ministro e eu ministro dos Negócios Estrangeiros, nós pedimos a adesão e não houve nenhum referendo. Não quero deixar de dizer isto. Mas estávamos num período particular da nossa história e portanto havia que fazer um pedido de uma maneira rápida para que os países da então Comunidade Económica Europeia não pudessem dizer que não. A rapidez do pedido de adesão, de certa maneira, levou a que não fosse considerada a possibilidade de haver referendo. A própria Constituição portuguesa na altura também o não permitia, porque se o tivesse permitido talvez na fase posterior à adesão propriamente dita se pudesse ter posto a referendo essa adesão. Mas, sobretudo, a partir do Tratado de Maastricht em 1992, que eu sou favorável a um referendo e até tenho muito pena que não se tenha feito esse referendo em 1992. Mais cedo ou mais tarde acho que a questão do referendo se vai colocar. Neste momento a nossa Constituição proíbe referendos para tratados internacionais. O Tribunal Constitucional também já considerou inconstitucional uma pergunta que o próprio Partido Socialista já fez quando foi do Tratado de Nice e, portanto, nem a pergunta que foi feita nem uma pergunta sobre o tratado são admissíveis neste momento à luz da Constituição. Portanto, também temos esse problema constitucional a resolver.

Mas está aberta uma revisão da Constituição.

Sim, essa via está aberta, embora seja contra revisões casuísticas da Constituição.

Tendo em vista o futuro alargamento, quais os seus efeitos na coesão

interna da União Europeia?

A União Europeia conseguiu ultrapassar de maneira sábia e positiva os acontecimentos dos inícios dos anos 90 com o Tratado da União Europeia e com a União Económica e Monetária, vulgo moeda única. A maneira como a UE ultrapassou essa dificuldade inicial que foi a da reunificação alemã dá-me alguma esperança para o futuro. Mas também gostava de dizer que é óbvio que a entrada de dez novos países ao mesmo tempo é uma novidade em termos da gestão da União. Os alargamentos anteriores foram sempre mais pequenos. Entrou um, depois mais dois, depois mais três, agora com dez ao mesmo tempo nós não sabemos bem qual o pacto. Assim, temos que nos primeiros anos a seguir a esse alargamento que não foi comandado politicamente, ter a consciência que ele foi forçado, mas que era um imperativo ético. Em todo o caso temos que ter a consciência que vai colocar problemas de gestão política. Para sintetizar diria que com o alargamento e com a nova Constituição a fase rotineira da construção europeia terminou e passa-se à fase verdadeiramente política da UE.

A gestão política que falava há pouco trará a Turquia para dentro da União ou exclui-la à da Europa?

Em homenagem a Mustapha Kemal Atatürk que quis a ocidentalização da Turquia e fez a separação da Igreja do Estado, sou favorável à adesão da Turquia. Desde que ela queira entrar a União Europeia não lhe pode fechar as portas. Seria um erro geopolítico enorme.

Mas não será a Turquia uma porta aberta para a imigração com destino à Europa, para além, claro está, de ser actualmente um dos alvos privilegiados do terrorismo internacional?

A livre circulação pode ser apreciada. Quando Portugal entrou houve um período transitório para a livre circulação que depois foi ultrapassado por causa do mercado único e da aceleração dos prazos. Mas quando Portugal negocia a adesão há um período transitório para a livre circulação. Portanto, eu acho que se pode considerar formas negociais específicas para os problemas que se possam colocar de forma mais premente nas relações com a Turquia. Acho é que não se deve fechar a porta à Turquia. Pela mesma razão, aliás, que disse que não devia haver nenhuma referência religiosa no preâmbulo da Constituição. Nós estamos numa comunidade laica, aberta à diversidade, embora não leviana. Sabemos que há problemas e temos que fazer face a esse problemas com a maior transparência. Entre os dossiês da adesão da Turquia aquele que certamente dará mais trabalho será o da livre circulação de pessoas. Não estou a ver a Turquia no Espaço Schengen, mas vejo-a em outras políticas comuns. Relativamente ao terrorismo, também os Estados Unidos são um alvo terrorista, e não nos esqueçamos que Portugal é um membro da NATO tal como a própria Turquia.

Mas a Turquia é vizinha do Iraque onde existe uma situação de guerra que todos conhecemos e para onde Portugal enviou militares da GNR. Esta decisão foi um acto temerário e pouco reflectido por parte do Governo?

Não tenho qualquer dúvida em concordar que foi um acto temerário, filho do aventureirismo político do primeiro-ministro e do ministro da Defesa Nacional. Ambos

ai fazem mal um ao outro porque têm uma visão aventureira das relações internacionais. Acho que quando eles tomaram essa decisão, em Maio, estavam convencidos de que se iam juntar a uma procissão de países amigos dos Estados Unidos. Mas a verdade é que nunca imaginaram a alteração da situação no terreno. Seis meses depois, e repare que eles vieram à Assembleia em princípios de Junho anunciarem a ida da GNR, também numa maneira de ultrapassarem as dificuldades e os obstáculos que o Presidente da República tinha levantado ao envio de tropas, vieram aqui num debate de urgência anunciar a ida dos militares da GNR. E até se pensou que esta força ia dali a três semanas para o Iraque. Mas depois de um conjunto de cenas caricatas houve uma dilatação no tempo de seis meses. Quando a GNR vai para o Iraque percebe-se que esta não é a força apropriada para aquele cenário. Uma companhia desgarrada, digamos assim, sem segurança própria, que vai fazer as missões com equipamento e material alheio e que para a sua segurança depende de italianos e britânicos, é uma coisa com pouca dignidade. Acresce agora o episódio com os jornalistas, e, nomeadamente a feliz operação de resgate do jornalista Carlos Raleiras, que teve uma coisa pública de grande ofensa aos portugueses e ao Governo de Durão Barroso. E que foi o facto dos serviços britânicos terem dito ao Governo de Barroso para não falar no assunto. O ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, cancelou uma conferência de Imprensa porque recebeu instruções, não sei se do Foreign Office ou de outro qualquer ministério em Londres, dizendo: os senhores não se metam nisso, não façam declarações, porque nós é que vamos tratar do assunto. Isto é inimaginável. Obviamente que todos nós estamos com os GNR's que estão no Iraque e esperamos que a coisa corra bem, dado que foram para lá para prestigiar Portugal.

O que deveria ter sido feito?

Devíamos ter mandado uma equipa de informações à frente. Informações estratégicas para conhecer o terreno, para saber em que pé estava a população, para dar indicações a Lisboa sobre se deviam ou não ir tantos jornalistas. Aparentemente nem sequer foram fornecidas aos jornalistas informações sobre as suas condições de segurança. A obrigação do Estado era de enviar forças de informação e reconhecimento que no terreno avaliassem a situação, que preparassem as operações que a GNR vai efectuar e que tratassem dos problemas decorrentes da segurança. Ora, do meu ponto de vista, tudo isto revela leviandade e o prestígio que Portugal à primeira vista poderia ter adquirido, e já é discutível porque devíamos ter esperado pelas resoluções da ONU para tomar uma decisão. É esta a posição do PS e é a única que é correcta face ao Direito Internacional. Facto é que o Governo português não esperou por essa resolução. Foi aventureiro.

No seu ponto de vista, na globalização qual o papel dos partidos socialistas para a construção de uma verdadeira alternativa?

Recordo que fiz sobre esse tema uma intervenção no Coliseu de Lisboa no Congresso de 99 em que também falou o Tino de Rãs. Na altura afirmou que a Internacional Socialista (IS) devia ser revitalizada, que se devia de novo inspirar em Willy Brandt que na altura tentou resolver as questões Norte-Sul e da

democratização dos países da América latina e de África. Neste momento, o grande desafio que se coloca à IS é o de uma globalização solidária. Se tivesse que atribuir um objectivo prioritário à IS era o de ser uma força de acompanhamento e



O desafio do Partido Socialista Europeu é o de tornar os estados europeus iguais numa segunda câmara e depois manter uma política social para os cidadãos europeus

controlo da questão da globalização. O grande desafio é o de levar a globalização da sua fase liberal, não digo para um governo mundial, porque isso é impossível, mas de maior intervenção dos poderes públicos no controlo dos fenómenos da globalização. Já o desafio do Partido Socialista Europeu é o de tornar os estados europeus iguais numa segunda câmara e depois manter uma política social para os cidadãos europeus.

Acaba de lançar a deixa para lhe perguntar sobre as próximas eleições ao Parlamento Europeu que terão lugar no próximo ano. Do seu ponto de vista quais devem ser as bandeiras do PS?

Vai haver uma Convenção em Fevereiro sobre esses temas.

Pode desde já avançar com contributos.

O PS devia propor ao PSE uma discussão aberta sobre a função do PSE no que respeita à evolução política da UE, às medidas de confiança entre os Estados, a um aumento do orçamento da União, e no que respeita também à própria cidadania europeia. Trata-se de reformular o Partido Socialista Europeu dando-lhe o conteúdo que ele não tem tido. Em termos programáticos não gostaria de ir muito mais do que além disso. Apenas acrescentaria que PS deve contribuir activamente para a mudança do comportamento da esquerda europeia. A Convenção que o PS vai fazer é exactamente para discutir estas ideias. Creio que tudo o que seja: cidadania, globalização, encaixe da União Europeia numa globalização solidária, são funções em que o PS português terá que ter um papel dinâmico. Agora o PS terá que defender a Europa em Portugal e Portugal na Europa.

Qual o comentário à lista única do PSD e PP nas eleições ao Parlamento

Europeu?

A coligação de direita é oportunista, que tem contradições entre si. É uma coligação esquizofrénica do ponto de vista europeu porque o PP e mesmo grande parte do PSD têm um discurso nacionalista para

À esquerda a prioridade é diferente. Define-se um mínimo de política social, na segurança social, no sistema de reformas, na saúde, no sistema de educação. Os mínimos sociais e a partir daí é que há as outras qualidades económicas. Penso que aí não podemos entrar numa via tecnocrática de que só a partir de um certo crescimento é que o Estado Social deve progredir. Eu, como homem de esquerda, ponho a situação exactamente ao contrário. Também como homem de esquerda não teria assinado o PEC em 1998. Em primeiro lugar, deve-se assumir os compromissos sociais para os quais se criaram as expectativas dos cidadãos, para que o Estado seja a tal pessoa de bem.

O Estado social em Portugal está a ser desmantelado pela direita...

Sim mas isso é por causa de uma visão liberal a que a esquerda tem que se opor.

Essa atitude não corresponde a uma vingança da direita radical no Governo sobre a esquerda?

Também é. E por isso que não aceitei que houvesse um mínimo de crescimento económico para que houvesse um Estado social. Acho que primeiro há a definição das metas do Estado social, dentro de parâmetros obviamente sensatos, e depois há o resto da actividade. Não é o contrário.

Para a economia, então, é insensata a obsessão pelo défice?

Não só é insensata como tem sido infrutífero. Este Governo anda há dois anos atrás do equilíbrio orçamental que não consegue. E também não consegue não só por causa da despesa; não consegue porque não tem acentuado o outro lado, nem seguido a recomendações da Comissão Europeia, que é o lado da eficiência fiscal, antes temos assistido ao abandono desta vertente. Ora, a eficiência fiscal podia trazer mais receitas sem necessidade de se aumentarem os impostos, através do combate à evasão e à fraude fiscais.

Nos Açores, na sua terra, teremos eleições regionais no próximo ano. Carlos César enfrenta uma coligação de direita PSD/PP que se forma pela primeira vez nas ilhas. Qual é a sua expectativa?

Em primeiro lugar é preciso dizer que o Governo Regional presidido por Carlos César foi um volte-face na economia dos Açores. E na vida política. Deste ponto de vista abriu a atmosfera à pluralidade e não há ninguém que se sinta ameaçado no seu emprego. Estas coisas que hoje em dia podem parecer lugares-comuns, para os Açores foi muito importante a alternância de poder para dar essa confiança aos cidadãos. Depois, do ponto de vista económico, o melhor elogio que se pode fazer ao Governo Regional vem da parte de vários empresários continentais nos Açores que me dizem sempre a mesma coisa: neste momento os Açores é dos melhores sítios para investir. Creio que isso diz tudo relativamente ao ambiente de confiança económica.

Agora vamos defrontar uma coligação de direita e há questões colaterais relacionadas com uma lei eleitoral que pode originar um resultado perverso. Ou seja, a uma maioria de votos não corresponder uma maioria parlamentar. Mas estou convencido que o PS voltará a ter uma maioria parlamentar como tem já neste momento.

Como deputado particularmente atento às questões internacionais, tanto mais que foi ministro dos Negócios Estrangeiros, que análise faz da política gizada nas Necessidades, nos consulados Martins da Cruz e agora Teresa Patrício Gouveia?

Vou dizer uma coisa que talvez seja polémica. Tenho a sensação de que Portugal está a perder a sua dimensão de política externa. O Estado português está a diminuir a sua capacidade de ter uma política externa própria há uns anos a esta parte. Gostaria, portanto, de ver essa tendência alterada, revertida e não vejo sinais disso. Este episódio dos ingleses mandarem calar o Governo português sobre a matéria para resolver, e resolveram bem, o caso do jornalista Carlos Raleiras, demonstra um grande avontade dos outros governos em relação ao Governo português. Um bocadinho mais de respeito não ficava mal. Quanto a mim, isso já é reflexo dessa ausência de política externa digna desse nome.

O modelo recessivo que Governo tem vindo a aplicar não só não resolve o problema do défice como estraga a economia. Recentemente houve quem defendesse um novo paradigma de desenvolvimento, partindo da premissa de que em Portugal há Estado a mais e economia a menos para o suportar. Qual o seu comentário, do ponto de vista ideológico, a esta abordagem?

INFORMAR COM RAZÃO E CORAÇÃO

Numa sociedade cada vez mais mediatizada em que apenas é notícia o que passa nas televisões, e estando o PS na oposição, é imperativo fazer chegar a nossa mensagem política aos cidadãos e aos militantes sobre os mais variados temas. As quatro situações que se apresentam são apenas exemplos ilustrativos daquilo que o PS está a fazer bem na área da comunicação seja através do tradicional jornal, das listas de endereços electrónicos e, mais modernamente, dos blogs.

De distribuição gratuita, o "Póvoa Socialista" é um pequeno jornal de quatro folhas de formato A4, mas que da primeira para a terceira edição quintuplicou a tiragem de mil para cinco mil exemplares dada a sua procura tanto pelos militantes como pelos munícipes que encontraram nesta publicação uma outra fonte de informação sobre os assuntos locais.

Obedecendo a um circuito de distribuição que passa pelo depósito nas caixas de correio, nos cafés e nos espaços de convívio, o "Póvoa Socialista" cumpre desta forma o objectivo a que meteu mãos à obra: "Informar a população, lançar ideias e apresentar propostas". Concebida no Gabinete de Estudos concelhio, a publicação tem como director o comandante Manuel Figueiredo, simpaticante do PS que nas últimas autárquicas foi eleito como independente pela lista socialista para a assembleia municipal da Póvoa de Varzim. Sentida que foi a necessidade de se ir além dos comunicados do partido, de se chegar mais perto das populações, o "Póvoa Socialista" foi o

meio encontrado para evidenciar os problemas existentes na cidade e demonstrar "as mentiras da Câmara". Inspirado no *letiring* do "Acção Socialista", este jornal que brevemente estará também *on-line*, visa, por outro lado, ser o contraponto da folha municipal, "um escândalo" de autoelogios como nos referiu o comandante Manuel Figueiredo. "Se contra Edite Estrela corre um processo por causa de alegada parcialidade do boletim municipal de Sintra, então o que se passa aqui é verdadeiramente escandaloso", acusa sem hesitações. Aberto à participação popular, as páginas estão concebidas de forma a sustentarem um editorial, artigos sobre juventude e problemas específicos de cada uma das freguesias do concelho, e divulgação das propostas apresentadas pelo PS na assembleia municipal que de outra forma não seriam conhecidas. Para surpreender e levar a Câmara a reagir como já aconteceu com o artigo sobre as escolas municipais de desporto, em relação ao próximo número, o director diz que "está na



altura de preparar mais matéria mas ainda não está nada escrito". Uma coisa é certa, de fotocópia, o "Póvoa Socialista" vai passar a ser impresso numa gráfica e continuar a informar a população para que "fique verdadeiramente a par do que se passa".

Ter voz é dar voz

Pioneira, entre os socialistas, na blogosfera, como aliás já o tinha sido na criação de uma página na Internet, a Secção de Benfica explorou desde o início este novo meio de comunicação que são os blogs, vendo nele um

instrumento rápido, eficaz e expedito de fazer chegar a sua mensagem aos militantes e "dar voz a pessoas que nem militantes são do PS". Por isso nasceu o "Ter Voz" como forma dinâmica e interactiva de comunicar, abrindo também por esta forma as portas da secção à sociedade.

Sempre em crescendo, o blog da Secção de Benfica pode orgulhar-se de ter actualmente um registo de duas mil visitas únicas por mês, o que para o seu gestor, o camarada Luís Tito Novaes, representa "um salto considerável". As vantagens do blog, para além de ser uma forma barata de

fazer comunicação, prendem-se com o facto de haver "mais gente falar e a dizer o que pensa" e da informação circular muito mais rápido. Mas, para obviar riscos de "textos loucos", a Secção definiu uma linha editorial em que, nomeadamente, são proibidas ofensas ao PS e aos seus militantes, e ao gestor do blog foi dada carta branca para em caso de necessidade "retirar ou apagar" esse tipo de escritos, o que nunca sucedeu. Muito fácil de operar, o blog é uma espécie de jornal de parede informático versando determinado tema ou área de interesse, em que os últimos artigos colocados vão sendo automática-

O PS NA NET

Órgãos de Imprensa Oficiais

ACÇÃO SOCIALISTA
www.partido-socialista.pt/accao/

PORTUGAL SOCIALISTA
www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal/

Sites oficiais

PS
www.ps.pt

GP/PS
www.ps.parlamento.pt

GP/PSE - PS
www.partido-socialista.net/pspe

JS
www.juventudesocialista.org

Federações

ALGARVE
Mail psalgarve@mail.telepac.pt

BAIXO ALENTEJO
Site ps-baixo-alentejo.tripod.com
Mail ps.baixoalentejo@portugalmail.pt

BRAGA
Mail psbraga@hotmail.com

BRAGANÇA
Mail braganca@ps.pt

CASTELO BRANCO
Site www.cbranco.ps.pt
Mail ps.federacao.castelobranco@netvisao.pt

COIMBRA
Mail pscoimbra@mail.pt

ÉVORA
Mail federacao_evora_ps@telepac.pt

LEIRIA
Mail fed-ps-leiria@iol.pt

PORTO
Site www.psbaiao.pt
Mail ps.fed.porto@mail.telepac.pt

SANTARÉM
Mail pssantaremfed@clix.pt
pssantaremfed@hotmail.com

SETÚBAL
Site www.setubal.ps.pt/
Mail federacao@setubal.ps.pt

VILA REAL
Mail federacao_psvilareal@clix.pt

VISEU
Mail fed_viseu@netcabo.pt

PS/AÇORES
Site www.psacores.org
Mail ps.acores@sapo.pt
psacores@psacores.org

PS/MADEIRA
Site www.psmadeira.org (em teste)
Mail psmadeira@netmadeira.com

Concelhias

BAIÃO
www.psbaiao.net/

BARCELOS
www.ps.bcl.pt/

BARREIRO
members.tripod.com/psbarreiro/

FERREIRA DO ALENTEJO
ps-ferreira-alentejo.pt/vu/

LOURES
www.partido-socialista.pt/partido/orgaos-locais/cpcloures/

OLIVEIRA DO HOSPITAL
www.psoh.web.pt/

SABUGAL
pssabugal.planetaclix.pt/

Secções

ALVALADE
Site www.ps.pt/lisboa/alvalade

ALFRAGIDE
www.terravista.pt/Bilene/1704/

BARREIRO
members.tripod.com/psbarreiro/

BENFICA E S. DOMINGOS DE BENFICA
psbenfica.sitepac.pt/

CARTAXO
www.terravista.pt/guincho/2070/

FÁTIMA, CORAÇÃO DE JESUS E S. SEBASTIÃO
ps.no.sapo.pt/

FIGUEIRA DA FOZ
ps.figueira.com/

S. JOÃO DA MADEIRA
7mares.terravista.pt/ps-sjm/

VILA DE FÂNZERES
psfanzeres.no.sapo.pt/

Blogs

vereadorespslagoa.motime.com
www.baixoalentejo.blogspot.com
www.desencarcanao.blogspot.com
www.forumcidade.blogspot.com
www.noticiasbreves.blogspot.com
www.politicacomarte.blogspot.com
www.tervoz.blogspot.com

mente suprimidos à medida que novos textos vão entrando na página.

Esta nova ferramenta é sobretudo utilizada por estudantes, principalmente universitários, professores e jornalistas, e tem a particularidade das pessoas visitarem os blogs umas das outras, comentarem no seu próprio blog ou naquele que estão a visitar os textos que lá se encontram, o que permite um amplo e alargado debate sobre os mais variados temas entre uma comunidade que não pára de aumentar.

A diferença entre um site na Net e um blog reside no facto de no primeiro caso haver toda uma estrutura por detrás, em que a informação surge agrupada, tratada e catalogada, enquanto no blog interessa sobretudo a interação com os leitores, independentemente do tratamento noticioso.

O PS, hoje em dia, já tem uma presença directa significativa na blogoesfera. Recentemente foi criado o Fórum Cidade da Concelhia de Lisboa, havendo também blogs geridos pelas federações do Baixo Alentejo e Santarém. A Secção de Vieira do Minho também tem o seu blog, além de que muitos militantes e simpatizantes socialistas desenvolvem os seus próprios jornais de parede electrónicos, como é o caso do País Relativo. A fundamental diferença, para além da questão ideológica, entre blogs de esquerda e de direita, segundo Luis Tito Novaes, prende-se com o facto de a direita geralmente não se abrir aos comentários, situação que é o mais estimulada possível pela esquerda. Finalmente, cada blog tem o seu núcleo de comentadores residentes que o vão alimentando com os seus textos, opiniões e reflexões.

Newsletter temática sobre educação

De âmbito sectorial, a folha electrónica de educação do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), é um outro instrumento de comunicação e que visa, sobretudo, dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos deputados socialistas com responsabilidades na área educativa junto de um tipo concreto de público. Através deste meio, cujo suporte é uma *mailing list*, os deputados do PS fazem chegar a um universo pré-determinado não só informações consideradas importantes, como também pedidos de

opinião ou sugestões.

Sem uma regularidade definida, a folha electrónica é expedida quando há matérias suficientes que justifiquem nova edição. E na folha cabe praticamente tudo o que os deputados vão fazendo. Desde logo, as suas intervenções em plenário, os artigos de opinião que publicam nos jornais, os projectos de lei que apresentam, bem como informação sobre a nova legislação entretanto aprovada.

No fundo, como nos disse Cristina Bento, responsável no âmbito do GP/PS por este instrumento comunicacional, a folha representa "um trabalho sistemático para quem o faz, e um trabalho organizado para quem o recebe". Funcionando na estrita lógica da especialidade, o bom acolhimento com que é recebida pelos seus destinatários, revela-nos que este meio é o indicado para atingir com sucesso determinado sector profissional e assim fazer chegar a mensagem política.

Outra vantagem da folha consiste no facto de através dela os deputados terem uma maior percepção do trabalho efectivamente realizado. "Os deputados, depois de verem a folha electrónica é que tomam plena consciência do trabalho desenvolvido", diz Cristina Bento que a propósito recorda que as propostas apresentadas o ano passado pelo PS aquando da discussão do Orçamento de Estado, apesar de reprovadas pela maioria de direita, foram conhecidas pelas pessoas constantes da *mailing list* e que de outra forma não o seriam. Acresce também o facto desta folha electrónica ter estado na origem do livro "Dias Cinzentos" publicado pelo GP/PS em Abril deste ano, em que se faz o balanço de um ano de Governo PSD/PP nas áreas da educação, ciência e ensino superior.

Deputado, presidente de Federação e repórter

Dada a manifesta necessidade de, e cada vez mais, fazer chegar a mensagem política dos socialistas, José Junqueiro decidiu inovar e ser ele próprio o autor das notícias sobre as actividades da Federação de Viseu, das suas próprias iniciativas e outras de interesse regional ou nacional.

Ecolhido o *lay out*, definido o grupo alvo vertido também numa *mailing list* com mais de 300 endereços electrónicos

(todos os elementos da Comissão Política distrital, presidentes das secções e concelhias, autarcas do distrito, independentes que amiúde colaboram com o PS, jornalistas da imprensa regional, deputados e colaboradores do Grupo Parlamentar), o presidente da Federação de Viseu noticia de forma simples e sintética, de modo "criterioso" as actividades que são desenvolvidas e que de outra forma não chegariam ao conhecimento das pessoas. Seguindo a máxima de mais imagem e menos palavra, a folha de José Junqueiro vive também muito da ilustração através das fotografias que ele próprio também tira e que depois de devidamente legendadas, acompanham a notícia.

O objectivo prosseguido pelo "Infor PS", nas palavras de José Junqueiro, é o de "comunicar rapidamente e fazer passar a todos e a cada um a nossa mensagem política, tornar o PS mais visível, dar uma ideia das actividades que ocorrem e que relevem politicamente tanto ao nível regional como nacional". Outra situação que também ocorre na folha electrónica da distrital de Viseu é a crítica ao actual Governo. Um exemplo disso, segundo nos narrou o líder da Federação, reporta-se à denúncia de despesismo de Paulo Portas aquando da comemoração do foral de Mangualde, em que o ministro da Defesa mobilizou um helicóptero para se deslocar até àquela localidade quando podia perfeitamente ter ido de carro. A estes factos concretos que depois não são vistos desta forma pela Comunicação Social em geral, acrescenta-se, claro está, a denúncia das próprias políticas erradas do Governo nas diversas áreas e sectores. Mas, a versão electrónica da folha da distrital de Viseu é posteriormente adaptada para suporte papel e enviada para os militantes que no partido desempenham funções mais activas e que ainda não têm email, o que duplica o universo original dos destinatários desta forma de comunicar.

A concluir, importa referir que estes são apenas exemplos do que se pode fazer bem em prol de uma rápida e eficaz comunicação do PS com os seus militantes e simpatizantes, eliminando o filtro da Comunicação Social que trata as situações e os factos segundo um critério jornalístico enquadrado por uma linha editorial que bastas vezes nos é adversa quando não é mesmo adversária.

Pelourinho da República



"O Ministro Morais Sarmento 'está algures no Pacífico'."
Notícia do Expresso a partir de fontes da PCM
22 de Novembro

"Sou um tipo pouco conhecido, não provooco. Continuo sempre a levar e a trazer o carro. Mas já não me meto naquelas aventuras de, nas bichas das autoestradas, passar de uma faixa para outra. Não vá alguém reconhecer-me."

Luis Filipe Pereira, Ministro da Saúde
Expresso, 22 de Novembro

"Se nós é que somos os inteligentes, então desculpem lá mas, com o devido respeito, eu prefiro os estúpidos dos alemães e dos franceses".

Ouvinte do Fórum da TSF, sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, 24 de Novembro

"Há uma mãe que vem ter comigo preocupada porque a filha tinha uma gravidez de risco. O que é que nós que estamos em cargos públicos havemos de fazer senão ajudar uma mãe preocupada com a filha?"

António Vicente Figueiredo, Director Regional do Ministério da Educação, a justificar um caso de favorecimento pessoal Público, 27 de Novembro

"Estou preparado para todas as consequências"

David Justino
idem

"Gostava que todos os países tivessem condições para não usar a pena de morte."

Odete Santos
Sicnoticias, 18 de Novembro

"Mas Cuba usa..."

Observação da jornalista
idem

"Mas não usa muito"

Resposta de Odete Santos
idem

"Para mim sobriedade é não ter bebido uns copos"

Manuela Moura Guedes
DN, 18 de Novembro

"A propósito de um cientista que prolongou a longevidade dos vermes, eu disse que gostava de ser verme e o Pedro Pinto, que estava na régie, chamou-me verme".

idem

www.partido-socialista.pt/accao/



Acção
Socialista

leia na internet

SER EUROPEU NÃO É PECADO

Hoje em dia, já não se discute a Europa, destrói-se a Europa! E assim será daqui para a frente até à ratificação se, e quando, a ela chegarmos. Mas não vale a pena disfarçar as responsabilidades. São os que acreditam na necessidade da União Europeia, independentemente do quadrante ideológico em que se encontrem e do modelo concreto de arquitectura que defendem, os maiores responsáveis pela arrancada gloriosa dos eurocépticos.

As últimas semanas foram férteis em declarações incendiárias dos intelectuais e académicos nacionais que não se revêem na construção europeia. Tal qual estes ou outros o fizeram no tempo de Maastricht, em 1991 e 1992, diabolizando a criação do euro no final do milénio, hoje realidade pacífica com que diariamente lidamos, de novo se repete agora, a propósito da Constituição Europeia, com convicção ou sem ela, o mesmo anátema antieuropeu.

Em Maastricht era a soberania perdida com a moeda única. Hoje é a soberania que se esvai com uma Constituição que prevê a ilegalidade de qualquer norma nacional que vise destruir ou pôr em causa o funcionamento da União Europeia.

Singularmente, os que hoje mais se agitam e se doem, não pronunciaram um "ai" durante a fase aberta à opinião pública em que com toda a transparência e participação activa possível da sociedade civil, 205 convencionais elaboravam, em contraditório, o texto da Constituição. Por distração, por desconhecimento ou desprezo pela vida política europeia, raras foram as instituições públicas ou privadas nacionais que se mobilizaram para repensar a Europa, respondendo ao desafio do Conselho de Laeken de Dezembro de 2001, onde expressamente se pedia aos cidadãos, organizados ou não, de todos os Estados-Membros, um esforço propositivo e inovador, ao fim e ao cabo, uma reflexão ao serviço do futuro comum de todos nós.

Os comentários produzidos ao longo dos 17 meses de trabalho da Convenção Europeia enfatizavam mais a falta de importância deste novo fórum, que a natureza dos trabalhos que preenchiam a sua agenda. A Convenção foi diariamente qualificada de insignificância doutrinária ou política, os representantes nacionais presentes, a diversos títulos, foram recorrentemente esquecidos, como se Portugal não estivesse comprometido no dia-a-dia da agenda da Convenção. Os "media" de maior impacto ocultaram, durante todos esses meses, o que se passava em Bruxelas, significando o desprezo mediático com que, infelizmente, se disfarça a ignorância na matéria.

Tudo, porque no fim lá estariam, com a sua autoridade, os diplomatas e os governos para numa penada de génio pôr no seu lugar os "criativos" da Convenção. Quando se percebeu que afinal o trabalho era a sério e que o consenso era possível, para uma Constituição europeia, então esqueceu-se a pluralidade nacional e ideológica dos 205 representantes de vinte oito Estados da União e, enfraquecendo-lhe o alcance, passou a denominar-se o texto elaborado, como a "Constituição de Giscard d'Estaing", criando a imagem subliminar de um papel redigido por um velho senhor que fechava a sua carreira política com um testamento europeu...

Só não viu tudo isto quem andava cego, ou melhor, só os contentinhos das sondagens é que achavam que a Constituição estava ganha e que todas as liberalidades metodológicas eram compatíveis com uma ratificação sem problemas. Ai estão para provar a ilusão ou o engano, os verdadeiros *autos de fé* em que se traduzem os colóquios, os debates e as assíduas intervenções, a que as televisões vão dando total cobertura, quando no cerimonial possa surgir o sacrifício, a ferro e fogo, da Constituição europeia.

Hoje em dia, já não se discute a Europa, destrói-se a Europa! E assim será daqui para a frente até à ratificação se, e quando, a ela chegarmos. Mas não vale a pena disfarçar as responsabilidades. São os que acreditam na necessidade da União Europeia, independentemente do quadrante ideológico em que se encontrem e do modelo concreto de arquitectura que defendem, os maiores responsáveis pela arrancada gloriosa dos eurocépticos. Por ingenuidade ou falta de visão histórica e política, não dão voz aos cidadãos que, na sua maioria, como a história o prova, convivem harmoniosamente com a Europa, dela beneficiando abundantemente desde 1 de Janeiro de 1986.

Mas não tenhamos ilusões. Ou saem da letargia em que se encontram, se organizam e militam, com o mesmo denodo dos seus adversários, ou dificilmente Portugal aprovará, em referendo, a nova Constituição europeia.

A Europa não é uma festa, um "meeting", um colóquio ou uma sardinhada! Muito menos é um comício. Não se bebe Europa com o leite, e só compreende, aceita e ama a Europa quem, pela inteligência, pela cultura e pelo conhecimento acaba por perceber que ela também é a *nossa nacionalidade*. O que é um longo caminho interior a percorrer.

Opinião

ANTÓNIO CAMPOS

GOVERNO DEVE APLICAR REGIME DE AJUDAS REGIONAIS DA PAC

Os produtos hortícolas, a batata e os prados, irão ter ajudas europeias muito significativas, de que o sector agrícola e os pequenos agricultores portugueses também poderão beneficiar amplamente. Para isso, é necessário que o Governo, até 1 de Agosto de 2004, aplique o novo regime de pagamento único através da sua implementação em termos regionais. Este alerta foi feito pelo eurodeputado socialista António Campos, membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, numa carta que enviou a todos os directores regionais do sector e com a qual pretende evitar que o Governo perca esta oportunidade, que foi aberta com um decisão quase inesperada tomada por pressão da Alemanha.

"A Reforma da Política Agrícola Comum foi recentemente alterada de um modo que poderá beneficiar amplamente Portugal, no âmbito do que estabelece o Regulamento nº 178/2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 21 de Outubro de 2003", afirma o eurodeputado na sua missiva.

Segundo o artigo 58º do referido Regulamento, para um Estado-membro beneficiar do regime de pagamento único



precisa definir as regiões de acordo com critérios objectivos. Os Estados-membros que têm menos de três milhões de hectares elegíveis podem ser considerados uma única região.

O eurodeputado considera esta medida que visa regionalizar a implementação da PAC "de enorme importância para o futuro da agricultura portuguesa".

No entanto, "estranha o silêncio" por parte das entidades oficiais e das associações do sector sobre as possibilidades que aquele diploma abre para os pequenos agricultores e para a criação de postos de

trabalho associados ao sector agrícola. A terminar a sua carta, António Campos sublinha que ela tem o objectivo claro de recordar aos responsáveis regionais que tal alteração, a não ser implementada, prejudicará largamente o mundo rural, a credibilidade da PAC e o interesse nacional.

Com excepção do Luxemburgo, Portugal é o país onde existe a maior concentração de ajudas. Dos 412.000 agricultores existentes, 1.650 recebem 47 milhões de contos do total dos 122 milhões distribuídos anualmente.

SÉRGIO SOUSA PINTO

MELHORIA DO SISTEMA SCHENGEN EXIGE REFORÇO DOS DIREITOS PESSOAIS

"O equilíbrio entre segurança e privacidade não pode ser alterado pela implementação de tecnologias de informação e de comunicação criadas pela resposta dos governos ao aumento do risco de novos e perigosos fenómenos criminais", afirmou o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto, na última sessão plenária de Estrasburgo, no debate sobre a criação do Sistema de Informações Schengen de segunda geração (SIS II). O eurodeputado considera que qualquer melhoria dos mecanismos de cooperação europeia em matéria de justiça e assuntos internos deverá sempre ser feita no respeito pelos valores fundamentais em que se funda

a União enquanto Comunidade de Direito. Na sua opinião, "quando uma tecnologia constitui uma especial ameaça para os dados processados, há obrigatoriamente que elaborar uma legislação específica de tipo limitador, que contemple a eventualidade de abusos". Sousa Pinto considera que a evolução e alargamento do actual Sistema de Informações Schengen, que tende agora a tornar-se um verdadeiro instrumento de cooperação policial por proposta do Conselho da União, "obriga a reflectir sobre o impacto que o novo sistema possa vir a ter sobre os direitos, liberdades e garantias dos nossos cidadãos", nomeadamente sobre o

direito à protecção dos dados pessoais, estabelecido no Artigo 8º da Carta dos Direitos Fundamentais, integrada no projecto de Constituição europeia.

A possibilidade de haver uma ampla partilha de informações entre autoridades sobre milhões de indivíduos e para diferentes fins, faz com que a própria lógica do SIS passe de um sistema de segurança reactiva para um sistema de segurança activa, mudança à qual deve corresponder "um aumento das garantias de defesa dos cidadãos europeus, bem como o contínuo e integral respeito pelo princípio da utilização dos dados apenas e só para os fins previamente indicados", afirmou.

MÁRIO SOARES

VIA PARA O FEDERALISMO É O CAMINHO DA UNIÃO

"Não sou fundamentalista do federalismo, mas no contexto actual é esse o caminho", afirmou o eurodeputado Mário Soares num seminário que se realizou em Coimbra subordinado ao tema "Europa, futuro e passado".

O eurodeputado, que se mostrou optimista em relação ao caminho federal da União Europeia, considerou que "ainda não houve coragem para chamar os bois pelos nomes", mas que

esse tempo acabará por chegar. Quanto à Constituição, afirmou que Portugal a deve subscrever, de forma a não ficar à margem no processo de decisão comunitário. "Nós temos de estar por dentro, para podermos influenciar", afirmou. Quanto àqueles que vêem perigos na futura Constituição, Soares chamou-lhes "Velhos do Restelo", designadamente em resposta ao antigo presidente da

Assembleia da República, Barbosa de Melo, que considerou que ao projecto "falta qualidade". "Se não embarcar nesta nau, poderá ficar como Velho do Restelo", respondeu Soares.

Também presente esteve o ex-presidente do Parlamento Europeu, o espanhol Gil Robles, que considerou que "nos próximos 600 anos as identidades nacionais não correm perigo nenhum".

ALBERTO COSTA

FUTURA CONSTITUIÇÃO TRAZ MAIS DEMOCRACIA À UNIÃO

A requalificação do sistema político, a reforma da função legislativa, a participação dos parlamentos nacionais e a Carta dos Direitos Fundamentais são algumas das marcas mais relevantes do projecto de Constituição que agora está em negociação na Conferência Intergovernamental, considerou o deputado Alberto Costa, numa iniciativa do Partido Socialista para discutir a cidadania, a globalização e a soberania no contexto da futura Constituição, em que participaram também a professora Ana Maria Martins, Nuno Rogeiro e Teresa de Sousa, como moderadora.

A abertura da sessão coube à responsável pelas Relações Internacionais do PS, Ana Gomes, que anunciou um conjunto de iniciativas no âmbito dos assuntos europeus, designadamente mais dois debates, um que se realiza no próximo dia 5, com o comissário António Vitorino e outro sobre a reforma dos fundos.

No âmbito da requalificação do sistema político, Alberto Costa considerou que as responsabilidades do Presidente da União face ao Parlamento Europeu, a quem tem de apresentar um relatório após cada uma das sessões em que participa,

podem constituir um importante precedente para que no futuro ele venha a sair directamente deste órgão, em função da composição política mais votada nas eleições europeias.

A reforma da função legislativa é outro factor de grande importância, na medida em que torna a União mais democrática. Actualmente, já cerca de 60 por cento da produção legislativa tem origem na União Europeia. Os parlamentos nacionais passarão a ter participação mais efectiva no sistema de deliberação e no processo legislativo comunitário.

Também a generalização das cooperações reforçadas é um salto importante no aprofundamento da dimensão política da União Europeia, na medida em que constitui "uma pista rápida" para que se possa avançar em alguns domínios e que, no passado, já revelou a sua importância. O caso mais flagrante é a adopção do euro.

Segundo o artigo 43º do projecto de Constituição, as cooperações reforçadas têm o propósito de "favorecer a realização dos objectivos da União, preservar os seus interesses e reforçar o processo de integração".

Para Alberto Costa, também a integração da Carta dos Direitos Fundamentais constitui um ganho importante no reforço da cidadania europeia.

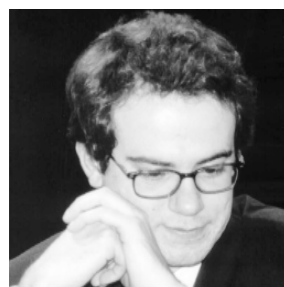
Sob os títulos "Dignidade", "Liberdades", "Solidariedade", "Cidadania" e "Justiça", agrupa-se um conjunto importante de direitos que servirão de referência aos cidadãos da União Europeia. As disposições da Carta dos direitos Fundamentais, como refere o seu artigo 51º, têm como destinatários "as instituições, órgãos e agências da União, na observância do princípio de subsidiariedade, bem como os Estados-membros, apenas quando apliquem o direito da União".

Por outro lado, Alberto Costa considera necessário que na CIG se defenda um presidente da União eleito por consenso e não por maioria, um comissário por Estado, o alargamento das presidências rotativas também ao futuro ministro dos Negócios Estrangeiros da União, uma representatividade mais equilibrada no Parlamento Europeu e a obtenção de maiorias qualificadas através da ponderação conjunta de metade dos Estados e metade da população (e não 60 por cento), de forma a garantir a equidade entre Estados.

Opinião

A GLOBALIZAÇÃO E A URGÊNCIA DE MAIS EUROPA

A interdependência representa um rude golpe nas soberanias nacionais; tira crescentemente aos Estados a capacidade de se autodeterminarem nas grandes opções de política económica e, conseqüentemente, escolherem democraticamente o modelo social que tantas constituições - como é o caso da nossa - proclamam, semânticas em muitos domínios, e distantes da realidade das respectivas sociedades.



SÉRGIO SOUSA PINTO

O debate tardiamente travado em Portugal sobre a Constituição europeia trouxe ao de cima instintos nacionalistas - de esquerda e de direita - associados a uma concepção errada do que representa, hoje, a soberania nacional. Uma opção nacional que não seja a de integrar resolutamente o núcleo central da integração europeia, será, inapelavelmente, uma opção ditada por medos, conservantismo, uma leitura miope do interesse nacional e pela recusa de reconhecer os constrangimentos, limites e desafios que são colocados aos povos e às sociedades,

no nosso tempo.

A interdependência económica é um facto irrecusável do mundo actual. A expansão do comércio e a circulação do conhecimento poderão ser, como foram no passado, factor de paz e prosperidade comum. Mas a globalização, sobretudo no plano financeiro, representa também uma força conduzida à margem de qualquer regulação democrática. As sociedades arriscam transformar-se em subprodutos do livre jogo dos interesses transnacionais, que vêm moldando as regras da economia mundial, desde o fim dos anos 70.

A interdependência representa um rude golpe nas soberanias nacionais; tira crescentemente aos Estados a capacidade de se autodeterminarem nas grandes opções de política económica e, conseqüentemente, escolherem democraticamente o modelo social que tantas constituições - como é o caso da nossa - proclamam, semânticas em muitos domínios, e distantes da realidade das respectivas sociedades.

A degradação do espaço público, o abandono do civismo, o contributo deletério das televisões e, sobretudo, a impotência, cada vez menos disfarçável, dos políticos para darem conteúdo às funções de soberania que lhes estão confiadas, vêm minando os alicerces da democracia nacional. O mundo em que vivemos não é fruto de uma conspiração urdida contra os povos e as sociedades. A globalização, no que tem de positivo e negativo, não é um fenómeno natural, comparável às alterações climáticas. A globalização é antes o resultado de factores económicos associados a uma doutrina que pretendeu oferecer uma resposta à crise que marcou a década de 70, e em particular, à hiperinflação. Beneficiou do colapso do sistema monetário de Bretton Woods, e da progressiva desregulação dos mercados financeiros. Mas resultou, também, de factores políticos, em particular do fim do mundo bipolar, interpretado como a vitória histórica do fundamentalismo de mercado. E, provavelmente mais que tudo, decorreu naturalmente da revolução associada às tecnologias da informação e comunicação, que mudou a feição do capitalismo.

Os interesses comerciais, deficientemente arbitrados pela OMC e a lógica dos mercados financeiros e de capitais, comandam o mundo, impondo a sua agenda aos governos e às organizações internacionais. Dos cem maiores colossos económicos do mundo, cinquenta são países, os outros cinquenta são empresas multinacionais.

Nesta ordem mundial, os países europeus que prezam o seu contrato social, o legado de valores e direitos que são sobretudo património civilizacional do pós-guerra, têm que procurar na integração europeia algo mais do que um mercado sem fronteiras. A CEE trouxe à Europa décadas de prosperidade, desenvolvendo um capitalismo moderno de alta produtividade, acompanhado por um generoso Estado-providência. Hoje, a Europa unida é o instrumento precioso de que dispomos para retomar o controlo político sobre o nosso destino colectivo.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

PARLAMENTO APROVA RELATÓRIO SOBRE PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

A Assembleia da República aprovou um relatório do deputado António José Seguro que considera que o actual projecto de tratado constitucional deve continuar a ser a base dos trabalhos da Conferência Intergovernamental (CIG).

O deputado, também coordenador do PS para os assuntos europeus na Assembleia da República, defende que "em algum caso o resultado final da CIG deverá ser menor que o consenso alcançado pela Convenção Europeia".

O relatório propõe a adopção da dupla

maioria simples ou qualificada como regra de deliberação dos Conselhos de Ministros, acabando com o sistema de votos ponderados.

Defende também a fusão de competências do presidente do Conselho Europeu e o do presidente da Comissão Europeia num único cargo executivo, seguindo a lógica que presidiu à criação do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Estes dois pontos, no entanto, não são consensuais, já que os partidos da maioria governamental têm sobre eles uma

posição diferente.

O relatório aprovado na Assembleia elogia o projecto de Constituição e defende um referendo em Portugal. Nesta matéria, PS e PSD estão de acordo, mas divergem quanto à data da sua realização. O PS sustenta que o referendo deve ser realizado num dia diferente do das eleições, não só por existirem impedimentos decorrentes da Constituição, como também por a defesa de uma Constituição para a União não dever ser confundida com os argumentos em confronto nas campanhas eleitorais.

COMISSÃO POLÍTICA

CONVENÇÃO EUROPEIA JÁ TEM COMISSÃO ORGANIZADORA

A Comissão Política do PS aprovou na sua última reunião a composição da Comissão Organizadora da Convenção Europeia, que irá realizar-se em 28 de Fevereiro e constituirá um momento de grande mobilização do partido, já com vista à campanha eleitoral de 13 de Junho para o Parlamento Europeu.

A Comissão Organizadora da Convenção é composta por um número alargado de dirigentes do PS, estando praticamente representados todos os sectores orgânicos do partido. Assim,

fazem parte da Comissão Organizadora Vieira da Silva, Ana Gomes, Carlos Lage, Augusto Santos Silva, João Cravinho, Maria João Rodrigues, António Galamba, Alberto Costa, Maria Santos, Sónia Fertuzinhos, Jamila Madeira, Luís Nazaré, André Bradford, Ricardo Freitas, João Serrano e Victor Hugo Sequeira.

A Comissão terá a responsabilidade de dinamizar o debate e fazer a mobilização do partido, promovendo a participação neste processo de individualidades e organizações para aprofundar as

posições sobre as questões europeias. Deverá ainda preparar a documentação necessária à elaboração das orientações estratégicas a aprovar na Convenção, a qual se realizará, em princípio, em Lisboa.

Na mesma reunião da Comissão Política, o líder do grupo Parlamentar, António Costa, e o coordenador do Gabinete de Estudos, António José Seguro, anunciaram um conjunto de iniciativas que serão implementadas ao longo dos próximos meses, e que permitirão ao PS marcar a agenda política.

MANUEL DOS SANTOS

REGIME ESPECIAL PARA GASÓLEO CONTESTADO EM ESTRASBURGO

Uma proposta de criação de um regime especial para a utilização do gasóleo para fins profissionais na União Europeia, discutida na última sessão plenária de Estrasburgo, foi contestada pelo eurodeputado Manuel dos Santos, que alegou a defesa do ambiente e a estabilidade dos preços. O eurodeputado socialista, que aconselhou a Comissão a elaborar um novo projecto, considerou que a proposta não dava grandes contributos em termos de protecção ambiental e poderia mesmo provocar uma subida dos preços. Manuel dos Santos acrescentou que a solução apresentada pela Comissão era também de "difícil gestão quanto aos aspectos administrativos ligados à sua aplicabilidade", nomeadamente no que se refere à distinção entre gasóleo utilizado para fins comerciais e para fins privados e consequente retorno ou devolução de taxas.

Manuel dos Santos considerou que a rejeição da proposta de directiva deve ser encarada pela Comissão como um estímulo para que elabore um novo projecto que leve em consideração as sugestões e propostas formulados pelo Parlamento Europeu, "respeitando o interesse imediato dos cidadãos e contribuindo para ultrapassar a inevitável resistência dos Estados-membros". Esta sugestão foi acolhida pelo comissário presente na sessão plenária, Fritz Bolkestein.

O eurodeputado afirma que existe, actualmente, uma "situação anómala" de um mercado automóvel e de combustíveis fortemente segmentado na União, mas que qualquer iniciativa nesta área apenas poderá ser viabilizada, ente outras coisas, se tiver em conta os benefícios concretos que daí possam decorrer para os consumidores.



JOAQUIM VAIRINHOS

GEMINAÇÕES DEVIAM TER ORÇAMENTO DURADOURO

As geminações de cidades e vilas deveriam ter assegurada uma dotação financeira "duradoura e suficiente" no orçamento da União Europeia, defendeu numa declaração de voto o eurodeputado Joaquim Vairinhos, apresentada na última sessão plenária do Parlamento Europeu.

O eurodeputado considera que as geminações constituem um elemento fundamental para a promoção da identidade e do conhecimento mútuo das populações da Europa e desempenham um papel activo na construção da cidadania europeia.

Vairinhos pronunciava-se a propósito de um relatório sobre a promoção da cidadania europeia activa. O eurodeputado defendeu ainda um aprofundamento do diálogo entre cidadãos e instituições europeias através do reforço de estruturas intermédias de debate e participação.



MARIA CARRILHO CHEFIA VISITA AO PAQUISTÃO

EURODEPUTADOS PREOCUPADOS COM PRODUÇÃO DE ÓPIO E TERRORISMO

O enorme aumento da produção de ópio nas zonas tribais situadas entre o Paquistão e o Afeganistão e a instabilidade provocada pela influência dos radicais islâmicos, são as principais preocupações que a eurodeputada socialista Maria Carrilho vai transmitir ao Parlamento Europeu, na sequência de uma visita que efectuou ao Paquistão, para contactos com o presidente, o primeiro-ministro e representantes dos partidos da oposição.

Na qualidade de presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a Índia e os países da Ásia do Sul, Maria Carrilho, chefiando uma delegação de cinco eurodeputados de várias famílias políticas, entre eles o ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Santer, encontrou-se com o primeiro-ministro e com o presidente do Paquistão, Perez Musharraf, que lhe transmitiu um conjunto de preocupações sobre a situação actual do país.

O enorme aumento da produção de droga em zonas de difícil acesso, até devido ao seu estatuto administrativo de quase independência, constitui uma grande preocupação para as autoridades paquistanesas, em virtude do forte aumento da criminalidade, mas também para a Comunidade Europeia, na medida em que grande parte do ópio que ali é produzido e transformado vem depois para a Europa através do Irão e das antigas repúblicas do Sul da ex-União Soviética.

Por outro lado, a eurodeputada manifes-



ta a sua preocupação relativamente à instabilidade em que se vive no Paquistão, não só por causa do aumento da criminalidade, mas também devido à crescente influência que têm os radicais islâmicos no país, o que se torna preocupante devido à sua condição de potência nuclear, ainda por cima com relações tensas com a Índia, que também possui armas nucleares.

Na reunião com o presidente Musharraf, os deputados tiveram oportunidade de efectuar uma extensa troca de pontos de vista, em que um dos assuntos abordados foi a luta contra o terrorismo. Musharraf sublinhou que o combate ao

terrorismo constitui uma prioridade nacional e que as autoridades já prenderam mais de 600 membros da Al-Qaeda, organização liderada por Bin Laden, que se suspeita andar pelas referidas zonas tribais de difícil acesso entre o Paquistão e o Afeganistão, segundo o próprio Presidente paquistanês, com base em informações dos serviços secretos.

A União Europeia está actualmente a negociar um acordo de terceira geração com o Paquistão, para enquadrar as relações de cooperação, designadamente a nível das trocas comerciais.

PP

PAULO CASACA

MÁ GESTÃO DE FUNDOS AINDA TEM RESPONSABILIDADES POR APURAR

"Existem ainda mais responsabilidades a apurar" em torno do escândalo de má gestão de fundos comunitários nos serviços Estatísticos da União Europeia, o Eurostat, afirmou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Paulo Casaca, durante a discussão do programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia para 2004.

O eurodeputado considerou que essas responsabilidades a apurar se prendem com situações detectadas no Serviço de Publicações da Comissão e no Europe Aid, serviço responsável pela aplicação dos instrumentos de ajuda externa na Europa.

Paulo Casaca aproveitou a presença de Romano Prodi no plenário para questionar a razão pela qual o Serviço de Publicações da Comissão "não tomou até hoje nenhuma medida, nem procedeu a qualquer inquérito para averiguar as responsabilidades pelo

desvio de verbas comunitárias para a empresa Planistat, responsável por um sistema de sacos azuis administrados pelo Eurostat".

"Mas porque é que o Europe Aid, que é o organismo formalmente responsável pela atribuição irregular e não transparente de dezenas de milhões de Euros a uma empresa de consultoria externa com relações privilegiadas com os serviços da Comissão, o CESD, não foi também objecto de apuramento de responsabilidades nem de qualquer medida?", interrogou o eurodeputado. Na sequência de um encontro entre a Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu e Romano Prodi, Paulo Casaca, que é o responsável pelo seguimento do caso Eurostat, considerou haver sinais positivos, dada a disponibilidade do executivo comunitário "para ouvir as preocu-

pações do PE de forma mais atenta".

Em defesa das pessoas com deficiência

Paulo Casaca interveio também no debate sobre a celebração do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, com base numa comunicação da Comissão Europeia. "Nunca se falou tanto e em tantos lugares das pessoas com deficiência, nem se ganhou tanta consciência de tudo aquilo que ainda há por fazer aos vários níveis de responsabilidade da União Europeia", disse o eurodeputado.

Paulo Casaca considera que foram vários os sucessos a marcar esta iniciativa europeia, muito embora "se continue ainda a esperar por uma Directiva que trate de forma global, com uma abordagem de fundo, os problemas das pessoas portadoras de deficiência na Europa".

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

MULHERES SOCIALISTAS ACCIONAM MECANISMOS DE LUTA

Para ajudar a quebrar o silêncio que tem pactuado com os crimes de violência contra as mulheres, o Departamento Nacional de Mulheres do PS organizou um debate, no Parlamento, no dia em que se assinalou internacionalmente esse flagelo.

Sob o lema "O Silêncio é a pior das violências", as Mulheres do PS trouxeram para o debate as vergonhosas estatísticas das agressões contra as cidadãs portuguesas: "Uma mulher em cada duas é vítima de pelo menos um acto de violência, mas apenas um por cento delas pede ajuda".

Por isso, Sónia Furtuzinhos manifestou o seu "repúdio completo face a este problema, que continua patente em sociedades como a nossa", alertando para a necessidade de se "ter consciência de que neste domínio urge fazer mais do que uma boa lei", já que "há um imperativo de eficácia" que deve ser trabalhado em concertação por todos.

Elza Pais, socióloga com ampla experiência no estudo desta problemática, realçou desde o começo da sua intervenção o facto deste problema não ser novo no quotidiano português, já que "a novidade está na sua actual visibilidade".

É preciso, pois, "estudar o fenómeno a fundo", aproveitando a conjuntura da queda dos muros de silêncio que ao longo de décadas foram erguidos, que ainda não está completa, mas que tem avançado, basicamente, com o impulso e a iniciativa das Organizações Não Governamentais.

Assim, Elza Pais defendeu que a luta sem tréguas contra a violência doméstica deve constituir uma área prioritária de intervenção política a nível do Estado.

Para já, as condições da rede de apoio às vítimas de violência doméstica padecem de um défice de pessoal, de apoios financeiros e de infra-estruturas, uma vez que muitas das já existentes estão em situação de subaproveitamento ou mesmo paralisadas.

Por seu turno, Inês Pedrosa, conhecida escritora, focou o aspecto mediático desta questão, criticando a "fraca atenção" que os órgãos de Comunicação Social dedicam a esta problemática, tendo defendido que o poder político



deve promover uma campanha de sensibilização dos meios noticiosos para este flagelo.

"Esta é uma questão de modernização de mentalidades" disse, acrescentando que "continuamos a deixar que se faça uma menorização do tema da violência doméstica", lamentando manifestamente que este seja frequentemente associado ao "tabloidismo", ou seja, à informação sensacionalista.

Já a jornalista Maria Antónia Palla considerou "importante a retoma da experiência do feminismo", porque é "essencial que as mulheres voltem a reunir-se para falarem de si".

A terminar, referiu-se ainda à necessidade do Estado contemplar, no âmbito da protecção social, as famílias monoparentais através de subsídios.

Casa-Abrigo do Montijo: das falsas promessas à inação

A urgência da intervenção estatal na resolução e enquadramento desta problemática foi também invocada durante as visitas que Ferro Rodrigues e Sónia Furtuzinhos fizeram, na manhã do passado dia 25 de Novembro, a dois centros de acolhimento para mulheres vítimas de violência, localizados nos distritos de Lisboa e Setúbal.

No Montijo, a deputada socialista lembrou que, em matéria legal, "falta ainda regulamentar uma medida já prevista na lei: o afastamento do

agressor da vítima" e "tornar efectiva uma política de prevenção que comece por incluir nos currículos escolares referências a este flagelo".

Por outro lado, criticou a situação de negligência a que foi votada a Casa-Abrigo local que, concluída e totalmente equipada desde Março do ano passado, através de verbas do Fundo de Socorro Social, continua vazia, num momento em que se agrupam em listas de espera os pedidos de ajuda de dezenas de mulheres e crianças violentadas.

Assim, passado ano e meio, o secretário-geral do PS diz ser "incompreensível" que os acordos para a rentabilização do recinto não tenham sido estabelecidos e implementados, criticando duramente a tutela governativa do sector por ter falhado nas dotações orçamentais com vista a dar apoio às mulheres e crianças que se vêm obrigadas a abandonar as suas casas.

"A situação actual da Casa de Acolhimento para Mulheres e Crianças do Montijo reflecte claramente a dessintonia entre retórica que rege o actual Executivo na defesa da família como bandeira política", acusou, apontando de seguida que as limitações impostas a este equipamento (inicialmente apetrechado para albergar 25 utentes foi redimensionado para poder acolher apenas 12 pessoas) constitui um "paradoxo", dadas as conhecidas necessidades.

MARY RODRIGUES

FEDERAÇÕES

• Promovido pela **Federação do Baixo Alentejo**, realizou-se no passado dia 28 de Novembro, em Beja, um colóquio sobre futebol onde se analisaram as implicações do Euro 2004 e a sua influência no futebol distrital.

• "As implicações do Orçamento de Estado na economia portuguesa" foi o tema do debate do passado dia 26 de Novembro, realizado pela **Federação de Santarém** em que foi principal orador Joel Hasse Ferreira.

• A **Federação da Guarda** emitiu no passado dia 24 de Novembro um comunicado onde fez um balanço para o distrito do OE de 2004. Na linha da intervenção do secretário-geral, Ferro Rodrigues, no encerramento do debate na especialidade do Orçamento, também os socialistas da Guarda consideram que "pior era quase impossível".

• No âmbito do seu Gabinete Autárquico, a **Federação do PS/Porto** iniciou no passado dia 18 um programa de formação, cujo objectivo é dar formação básica no domínio autárquico que permita aos eleitos locais, conforme os casos, exercer o poder ou desenvolver oposição consequente, de rigor e transparência.

• A **Federação do PS/Algarve** emitiu no passado dia 1 de Dezembro um comunicado questionando o Plano Director Regional de Saúde.

• O traçado ferroviário de alta velocidade definido na cimeira ibérica foi alvo de duras críticas do PS/Coimbra, que afirma estarmos perante a "a maior ofensa do século à cidade". "Coimbra fica a ver passar o TGV", afirmou o líder da **Federação de Coimbra do PS**, Vítor Baptista, que exortou o presidente da Câmara, Carlos Encarnação, do PSD, a "pedir explicações" ao Governo, acusando-o de "um silêncio cúmplice".

• Os eleitos do Partido Socialista nas vereações e assembleias municipais do **distrito de Portalegre** apresentaram um voto de repúdio sobre o modo como mais uma vez foram tratados os interesses do distrito e alertar os municípios para o que se passa em termos de PIDDAC 2004.

CONCELHIAS

• Na sequência dos casos de alegadas "cunhas" no destacamento de professores, a **Concelhia do PS de Viseu** exigiu a demissão em bloco da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC).

• "Caminha e o novo associativismo municipal" foi o tema para um debate público organizado pela **Concelhia do PS/Caminha**, em que foram analisadas as consequências que a publicação das Leis 10 e 11 de 13 de Maio de 2003 terão, quer para a organização administrativa e territorial do Alto Minho, quer para os modelos de gestão e administração municipal e intermunicipal da região.

SECÇÕES

• Reunido para analisar a situação política e o futuro do PS, o Secretariado da **Secção de Cedofeita** aprovou uma moção onde defende que "o partido se deve mobilizar numa oposição afirmativa ao poder dominante da direita, seja no Governo, nas autarquias ou nas centrais de intoxicação da opinião pública".

• Colocar na agenda política do PS a questão do desenvolvimento sustentável através da realização de um vasto conjunto de iniciativas em todo o País, tais como acções de formação, debates e reuniões, é um dos principais pontos do programa do novo Secretariado da **Secção de Desenvolvimento Sustentável**, eleito no passado dia 18 de Novembro.

• A **Secção de Barcelos** levou a cabo uma reunião em que foi discutida e aprovada uma proposta de adesão do município de Barcelos a uma futura Grande Área Metropolitana do Minho, sediada em Braga.

• O 30º aniversário da **Secção de Benfca** foi assinalado no passado dia 28 com um jantar-convívio, que contou com a presença do secretário-geral, Ferro Rodrigues.

AGENDA PS

• SECRETÁRIO-GERAL

5 de Dezembro – Deslocação de Ferro Rodrigues ao distrito de Faro onde tem reuniões marcadas com o reitor e dirigentes académicos da Universidade do Algarve, com empresários da região e com dirigentes locais do PS.

6 de Dezembro – 12h30 - Ferro Rodrigues preside na Póvoa do Lanhoso ao encerramento da Convenção Autárquica de Braga. As 16 horas visita a Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, e hora e meia depois tem prevista uma reunião com a Comissão Política Distrital e secretariados das Secções e Concelhias. Segue-se um jantar com militantes marcado para as 20 horas na Quinta da Nossa Senhora da Alegria em Ribeirão.

11 de Dezembro – Acompanhado por Ana Gomes, Ferro Rodrigues janta em Bruxelas com os líderes socialistas tendo em vista a preparação da cimeira europeia.

14 de Dezembro – Ferro Rodrigues estará em Montalegre onde participará na já tradicional Festa de Natal organizada pela Federação de Vila Real.

• SECRETÁRIOS NACIONAIS

ANA GOMES

9 de Dezembro – 17h30 - Nova audição pública sobre Europa no centro Jean Monnet em Lisboa, subordinada ao tema: "Defesa Europeia e Relação Transatlântica"

• GP/PS

9 de Dezembro – 21h30 - Colóquio sobre saúde no Hotel da Marina, em Portimão.

15 a 17 de Dezembro – Jornadas Parlamentares em Coimbra, subordinadas à temática da saúde.

• GABINETE DE ESTUDOS

5 de Dezembro – Assembleia da República, 10h30 - António Vitorino é convidado a expor o seu pensamento sobre o projecto de Constituição europeia a dirigentes do PS.

• FEDERAÇÕES

BAIXO ALENTEJO

13 de Dezembro – 15 horas - Festa de Natal do cidadão deficiente, no Instituto Português da Juventude de Beja.

BRAGANÇA

12 de Dezembro – 21 horas - Reunião geral distrital de militantes com a presença de Vieira da Silva e Capoulas dos Santos, no auditório Paulo Quintela do Centro Cultural Municipal de Bragança.

• CONCELHIAS

ABRANTES

Ciclo de conferências, no auditório A Pirâmide, às 21 horas, sobre "Dez anos de projecto socialista em Abrantes". **9 de Dezembro** - Debate sobre a Economia e o Planeamento Regional, com João Cravinho; **10 de Dezembro** - Debate sobre a Lei de Bases do Ensino e da Ciência, com Augusto Santos Silva; **11 de Dezembro** – Debate sobre os objectivos e estratégia do IV OCA, com José Sócrates; **12 de Dezembro** - Jantar/convívio de militantes no restaurante o "Gaveto", em Alferrarede.

• SECÇÕES

ALVALADE

9 de Dezembro – às 22 horas - Sónia Furtuzinhos e Alexandre Rosa são os oradores convidados para uma iniciativa desta secção dominada "A conversa com", que terá lugar no Hotel Lutécia, em Lisboa.

SEIA

LUTA POR NOVO HOSPITAL
MOBILIZA AUTARQUIA

O presidente da Câmara de Seia, o socialista Eduardo Brito, não exclui o cenário de provocar eleições municipais antecipadas para pressionar o Governo a construir um novo edifício para o hospital da cidade.

"É necessário lutar por todos os meios para que o novo edifício do Hospital Distrital de Seia seja uma realidade e não tenhamos de estar sujeitos à falta de soluções alternativas às actuais instalações, que estão degradadas, sem condições para prestar os melhores serviços de saúde e de trabalho aos profissionais de saúde", disse o autarca. "Talvez assim, esgotada que está a diplomacia, consigamos trazer cá o ministro da Saúde para que nos diga que futuro está reservado ao nosso Hospital, já que adiou por três vezes a visita que prometeu fazer ao velho hospital", afirmou.

A presidente do Conselho de Administração do Hospital, Margarida Ascensão, afirmou por seu turno que qualquer obra de remodelação do edifício existente – construído por patrocínio do republicano Afonso Costa, natural de Seia – implica o seu encerramento durante pelo menos três anos, pelo que também considera urgente a deslocação do ministro Luís Filipe Pereira.

PS/MONDIM DE BASTO

FALTAM MÉDICOS
NO CONCELHO

A falta de médicos para atender os 9000 utentes do Centro de Saúde de Mondim de Basto está a preocupar os socialistas do concelho, que alertam para a necessidade de se encontrar uma solução rápida para este problema que deixa cerca de seis mil pessoas sem médico de família.

O presidente da Concelhia do PS, Abílio José Pereira, referiu que recentemente saiu mais um médico do Centro de Saúde de Mondim de Basto, "o que agravou ainda mais a situação difícil que já se verifica nesta unidade, ficando desta forma o concelho mais pobre ao nível da prestação dos cuidados primários de saúde".

O dirigente socialista lembrou que o Centro de Saúde de Mondim de Basto é composto por nove médicos, mas actualmente tem apenas cinco clínicos, que têm de prestar cuidados de saúde a nove mil cidadãos.

Apesar do concelho ter três extensões de saúde, Abílio José Pereira salientou que na de Bilhó não existe médico "há muitos anos", enquanto as extensões de Atei e de Ermelo ficam sem clínico quando este é destacado para as urgências do centro de saúde.

PS/SERPA

INQUÉRITO DA CÂMARA
À POPULAÇÃO É CAMPANHA
DEMAGÓGICA

"Uma campanha demagógica e eleitoral", é como os socialistas de Serpa classificam o inquérito que a câmara local está a realizar junto da população.

Para a Concelhia do PS/Serpa, "trata-se de uma acção de mera propaganda que não tem em conta as necessidades mais prementes da população do concelho que continuam por resolver, designadamente ao nível do saneamento básico e da qualidade da água que todas os habitantes reclamam com urgência".

Por isso, a Concelhia socialista considera o inquérito "um mero instrumento de propaganda da câmara, por colocar opções que sabe não poder realizar, como o tratamento das águas residuais, e, por outro lado, pedir às populações que façam opções em relação a obras já adjudicadas e outra já em andamento, como é o caso das obras no cine-teatro de Pias".

Por outro lado, a Concelhia de Serpa agendou para o dia 5 de Dezembro uma reunião com os militantes, simpatizantes e eleitos do PS em Pias, para fazer um levantamento real e verdadeiro dos problemas da freguesia, estando também previstas reuniões a marcar, posteriormente, nas outras localidades do concelho.

PENICHE

EXECUTIVO CAMARÁRIO OPÕE-SE
A ABANDONO DO PROJECTO DA POUSADA

O abandono do projecto de abrir uma pousada numa parte da forte de Peniche está a ser contestada pelo executivo camarário. O autarca local, o camarada Jorge Gonçalves, reuniu-se de urgência com o secretário de Estado do Turismo e o presidente da Enatur, na sequência de informações segundo as quais esta empresa teria redefinido a localização da rede de Pousadas de Portugal, deixando de fora aquela histórica fortaleza.

"A sociedade de Peniche está mobilizada e não vai desistir da pousada porque foram criadas expectativas e, inclusivamente, assinado um protocolo, em Maio de 2003, entre a Câmara, Enatur e o Estado, através da Direcção-Geral do

Património, para afectar parte da fortaleza à Enatur", sustentou empenhadamente o autarca.

Jorge Gonçalves lembrou que a Câmara "já fez investimentos ao abrigo do protocolo e a pedido da Enatur, nomeadamente um levantamento cartográfico digitalizado, e avançou com compromissos para a rede de infra-estruturas da futura pousada".

A ideia da construção de uma Pousada de Portugal no Forte de Peniche foi anunciada em 1999 pela então Secretária de Estado do Turismo tendo, na altura, sido avançado que o projecto iria ser concebido pelo arquitecto Siza Vieira, prevendo-se que a obra estaria concluída no final de 2005.

As dúvidas do presidente da Câmara

foram também colocadas ao secretário de Estado do Turismo, Luís Correia da Silva, durante um espaço de debate no decorrer do II Congresso do Oeste, nas Caldas da Rainha, sem que desta interpegação tivesse resultado resposta clara ou satisfatória.

Recorde-se que o forte de Peniche é um complexo militar do século XVII que ganhou novo relevo com a ditadura do Estado Novo, quando as suas casernas foram transformadas em celas por onde passaram muitos portugueses que se opuseram ao regime.

Desde o 25 de Abril de 1974 que o forte deixou de ser uma prisão e em 1984 a Câmara inaugurou no local o Museu Municipal.

PS/GAIA

EMPRESA MUNICIPAL ACUSADA
DE FAVORECER CERTOS CONSTRUTORES

A extinção da empresa municipal de Gaia de gestão urbanística Gaiurb, por "não servir os interesses dos gaienses" e beneficiar "apenas meia dúzia de empreendedores", foi pedida pelo PS/Gaia.

"A política de urbanismo que esta empresa tem vindo a praticar não serve os interesses dos gaienses, funcionando apenas para meia dúzia de empreendedores, que nós já

apelidamos de Clube VIP de Gaia", afirmou Barbosa Ribeiro, presidente da Concelhia de Gaia do PS.

Depois de apontar os nomes das construtoras beneficiadas e dar alguns exemplos de violações do PDM, o líder do PS/Gaia referiu que desde que a Gaiurb entrou em funções, "nunca mais foi presente a reunião de câmara – conforme determina a legislação vigente – a relação de processos e

requerimentos aprovados pelo vereador do Urbanismo, fugindo-se assim ao controlo democrático deste sector tão importante da actividade autárquica".

Para Barbosa Ribeiro, esta situação "é insustentável" e denuncia que "tudo é negociado no segredo dos gabinetes por dois ou três técnicos iluminados, com a cobertura do vereador responsável pelo Urbanismo".

PS/PAÇOS DE FERREIRA

SOCIALISTAS EXIGEM CUMPRIMENTO DO PDM
PARA TRAVAR CAOS URBANÍSTICO

O "respeito, de uma vez por todas", do Plano Director Municipal (PDM), por parte da Câmara de Paços de Ferreira, de maioria PSD, foi exigido pelo PS local, de forma a pôr termo ao "caos urbanístico generalizado" em todo o concelho e garantir um melhor ordenamento do território.

Segundo lembrou Paulo Ferreira,

presidente da Concelhia do PS, o PDM, que entrou em vigor em 1994, tem sido constantemente violado pela autarquia, pelo que "chegou a altura de pôr um travão a esta situação".

Em conferência de Imprensa, o dirigente socialista apresentou um despacho do Ministério Público sobre um processo de alegada corrupção e prevaricação

da câmara, onde, na sua opinião, se demonstra como foram encontradas cerca de 20 ilegalidades ou irregularidades ligadas sobretudo à área do urbanismo da autarquia.

Paulo Ferreira referiu ainda que foram autorizadas inúmeras construções em área de Reserva Ecológica Nacional (REN) entre 1994 e 2003.

NOVAS POLÍTICAS

a SAÚDE em PORTUGAL

9 Dez - Portimão - 21h30 - Hotel da Marina

Cuidados Primários Políticas de Saúde

Moderador
Luís Carito, Deputado

Convidados
Rui Nogueira, Assoc. Portuguesa de Médicos de Clínica Geral
Mário Jorge Rego, Assoc. Portuguesa dos Médicos de Saúde Pública
Margarida Santos, Enfermeira Especialista de Reabilitação

Entrada Livre

Gabinete de **Estudos**

Partido Socialista
GRUPO PARLAMENTAR

ELEVADORES SÓ AOS 16!!!

Não podemos exigir que o senhor ministro da Educação domine todas as matérias relacionadas com o sector. Aliás, nem seria de todo possível!! O próprio terá consciência disso, mesmo se tiver como máxima aquela expressão já conhecida:

"Nunca tenho dúvidas e raramente me engano!"

Seria, portanto, muito natural que na tomada de decisões, este e qualquer outro ministro fundamentassem as suas posições com base em estudos científicos existentes sobre a matéria em causa ou nas opiniões das associações profissionais respectivas. Dizia eu que "seria natural", uma vez que o senhor ministro da Educação procede precisamente ao contrário, revelando com esta atitude não só desrespeito por todos aqueles que estão no terreno, mas também uma certa dose de arrogância e pouco sentido de responsabilidade.

Na semana em que mais de mil professores de Matemática se reuniam em Santarém para a XIX edição do ProfMat (Encontro Nacional de Professores de Matemática) organizado pela Associação de Professores de Matemática (APM), além de ter declinado o convite para estar presente na sessão de abertura por dificuldades de agenda, o senhor ministro da Educação teve a infelicidade e a deselegância de anunciar a intenção de limitar o uso de calculadoras nos primeiros seis anos de escolaridade. Ora, relacionar o insucesso na disciplina de Matemática com a utilização de calculadoras, para além de revelar uma profunda ignorância sobre o tema, é acima de tudo uma tonlice e uma aberração. A concretizar-se esta medida, será recuar no ensino da Matemática décadas, será afastar mais a Escola da realidade e da Sociedade em que hoje nos inserimos, será tornar a Matemática ainda mais odiosa para os alunos, será impedir "aprendizagens fundamentais para o desenvolvimento de competências matemáticas indispensáveis para os cidadãos", será ignorar e contrariar tudo aquilo que a APM tem vindo a promover e a estimular com base em estudos científicos, em projectos de mestrado e doutoramento, na partilha de experiências com outras associações congéneres de outros países europeus, em projectos de investigação desenvolvidos por grupos de trabalho no terreno, nas salas de aula, com os alunos. Ignorar esta realidade e tomar medidas que contrariam o que, neste momento, é cientificamente aceite, é demonstrar uma profunda irresponsabilidade.

O combate ao insucesso na disciplina de Matemática com este tipo de medidas, no meu entender, está irremediavelmente perdido. A Comissão para a Promoção do Estudo da Matemática e das Ciências criada pelo senhor ministro há um ano atrás, neste seu primeiro relatório, pelo menos neste ponto concreto, fez um péssimo trabalho, relatório este secundado por opiniões de outros cientistas "pop" que, nos vários programas televisivos em que participam, vão defendendo estas soluções idiotas.

As tecnologias no ensino da Matemática são muito bem-vindas, são úteis, são aconselháveis e recomendadas no maior estudo sobre esta matéria realizado nos últimos tempos em Portugal - Matemática 2001 - superiormente coordenado pelo saudoso professor Paulo Abrantes. Aliás, nesse mesmo estudo, referia-se que 56 por cento dos professores do 1º ciclo referem nunca ou raramente utilizarem calculadoras nas aulas, o que demonstra, claramente, que o insucesso, que é real, não tem ligação directa com a utilização das calculadoras. Pelo contrário, no Matemática 2001 havia uma recomendação no sentido de que "prática pedagógica deve utilizar situações de trabalho que envolvam contextos diversificados (...) e a utilização de materiais que proporcionem um forte envolvimento dos alunos na aprendizagem, nomeadamente, materiais manipuláveis, calculadoras e computadores."

Por outro lado, se a restrição no uso de calculadoras potenciasses o sucesso na disciplina de Matemática, nos países de terceiro mundo, onde não há, certamente, acesso a calculadoras, o desempenho na disciplina seria, no mínimo, razoável. Pelos menos, haveria melhores condições para a promoção do sucesso. Não será bem isso que aconteceu!

Mas esta medida toma ainda proporções mais ridículas, quando é tomada na mesma semana em que o senhor ministro anunciou o programa que financiará a aquisição de um computador por sala de aula o que, aliás, é uma boa medida. Ora, como nos computadores podemos aceder a uma calculadora ou a uma folha de cálculo, espero, sinceramente, que o senhor ministro não mande desactivar estas aplicações. Porque tomar esta medida, no que toca às calculadoras, seria o mesmo que, para combater o insucesso dos alunos na Língua Portuguesa (no que respeita particularmente aos erros ortográficos), se limitasse a utilização dos computadores e dos processadores de texto.

Já há tempos o senhor ministro tomou uma medida, de certa forma relacionada com esta (a criação de uma nova disciplina nos 9º e 10º anos - Introdução às TIC, que limitará os professores de Matemática e os das outras disciplinas na utilização de computadores nas suas aulas) e que mostra claramente que não estamos no caminho certo. Perante isto, somos obrigados a concluir que o senhor ministro é avesso às tecnologias. O senhor ministro vive num mundo que não é nosso e, ao tomar medidas descabidas, desenquadradas, não fundamentadas e reveladoras de aversão às tecnologias, não está a contribuir para o sucesso na disciplina de Matemática. Está a tomar a sala de aula menos estimulante e a Escola bem mais distante da Sociedade da Informação e do Conhecimento em que hoje vivemos. Estou mesmo a ver o senhor ministro (e todos aqueles que lhe transmitem estas "miseráveis" ideias) a educarem os filhos para as lides domésticas como antigamente (nada de máquinas de lavar roupa e louça) e quanto ao elevador, esse, só a partir dos 16 anos. Não vá os meninos não aprenderem a caminhar!!!

LUÍS MIGUEL FERREIRA

S. JOÃO DA MADEIRA

Correio dos Leitores

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

CRÍTICA AMIGA

Decidiu o senhor director publicar na edição de 19 de Novembro um texto que me visa por ter criticado alguns actos recentes do Partido Socialista.

Agradeço a atenção, mas permita-me que conteste o conteúdo. Não tanto pela discordância de pontos de vista, salutar num partido aberto e plural como é o PS, mas por erro de balística.

Em política existem dois tipos de críticas. As dos inimigos e as dos amigos. As primeiras procuram atacar posições e argumento de forma a impedir a acção. As segundas têm como único objectivo enriquecer o debate para dinamizar essa mesma acção. As críticas dos inimigos devem ser desmontadas. As dos amigos devem ser vistas com a maior das atenções, pois muitas vezes é nelas que se fundamenta o futuro.

No caso em questão isso ficou aliás bem demonstrado. Fui na verdade o primeiro a criticar, no jornal "Público", a ida de Paulo Pedrosa ao Parlamento. Facto que dias mais tarde viria a ser reconhecido como erro pelo próprio secretário-geral. Por isso continuarei a fazer críticas sempre que pareça que as coisas podem ser melhoradas. É esse o meu contributo como amigo do PS.

Leonel Moura

OBSERVATÓRIO SOCIAL PERMANENTE NO PORTO

É necessário criar na cidade do Porto um Observatório Social Permanente para auscultação sistemática dos cidadãos e outros responsáveis institucionais visando o acompanhamento da evolução dos problemas sociais que existem actualmente na Invicta, e um pouco por cada uma das quinze freguesias da cidade, no âmbito da estrutura técnica do Plano Director Social, para reforçar as condições e os mecanismos de participação das populações. É preciso revalorizar o estatuto de morador de bairro municipal numa perspectiva de reforço do seu dever e direito, concedendo apoios para o fortalecimento das solidariedades de vizinhança e voluntariado.

Mário Sousa

A REVISTA DE REFLEXÃO E CRÍTICA DE NOVO NAS BANCAS

O número 46 da revista de reflexão e crítica *Finisterra* já se encontra nas bancas. Este número conta com artigos de Eduardo Lourenço, António Vitorino e Guilherme d'Oliveira Martins que reflectem sobre a actual Constituição europeia. Na secção da revista dedicada à Cultura, Augusto Santos Silva e Manuela Melo tentam responder à questão se *A Direita Portuguesa Tem uma Política Cultural?*, enquanto Lídia Jorge nos brinda com a *História do Coiote*, um belo conto inédito. Para além destes artigos, a *Finisterra*, recolhe contribuições de outros autores sobre temas da actualidade política nacional e internacional, de que se destacam os escritos de Alfredo Margarido sobre a *Indispensabilidade da Esquerda*, e de Joaquim Jorge Veiguinha, que critica as ideologias legitimadoras da invasão e ocupação do Iraque. Este número conta ainda com uma secção dedicada a temas educativos, onde desponta um artigo de Paulo Mendes Pinto sobre *O Lugar da Religião no Ensino*. Uma vez mais a *Finisterra* consegue neste número abarcar uma grande diversidade de temas, manifestando um pluralismo de abordagens capaz de suscitar um amplo debate e reflexão críticas. Revista de referência da esquerda democrática, a *Finisterra* é um exemplo de empenho e persistência no desolador panorama editorial português. Lê-la e assiná-la deveria constituir um desafio para os militantes socialistas.



Ajude esta revista a crescer, tornando-se assinante

Assinatura: anual (quatro números)	Estrangeiro	
Normal 30•	Instituições 42•	Europa 93•
Apoio 48•	Estudantes 15•	Fora da Europa 107•

Considerem-me assinante da «Finisterra» a partir do n.º _____

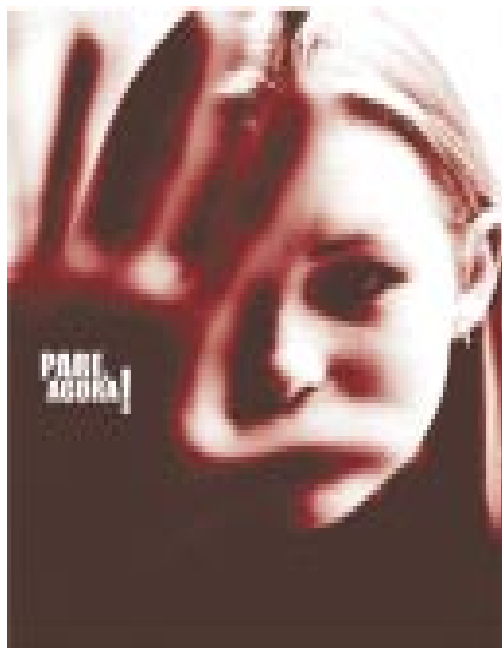
NOME _____
 MORADA _____
 LOCALIDADE _____ CÓD. POSTAL _____
 CONTACTOS Telef. _____ Fax _____
 E-mail _____

FORMA DE PAGAMENTO :

cheque n.º do Banco
 vale postal n.º _____ numerário _____, _____

Enviar para : «Finisterra» - Fundação José Fontana. Av. das Descobertas. 17 - 1400-091 LISBOA

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES



1 em cada 2 mulheres portuguesas é vítima de pelo menos um acto de violência.

1 em cada 3 mulheres portuguesas é vítima de acto de violência continuada e repetida.

50% das mulheres portuguesas vítimas de violência são vítimas de violência psicológica.

43% da violência contra mulheres portuguesas ocorre no espaço doméstico.

Só 1% das mulheres portuguesas vítimas de violência pedem ajuda.

Não chegam a 250 os casos de violência contra mulheres portuguesas julgados em Tribunal, apesar da violência doméstica ser crime.

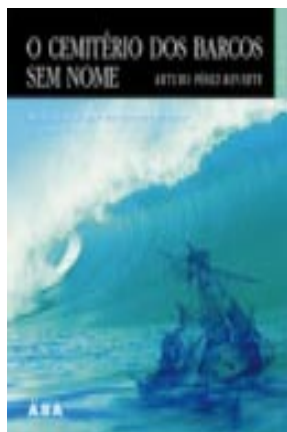
A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES É UM CRIME PÚBLICO. DENUNCIE-O.

Campanha do Departamento de Mulheres Socialistas. Participe.

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

AINDA HÁ HISTÓRIAS DE CAÇA AO TESOURO!



Se gosta de romances de aventuras, daqueles que se lêem sem poder parar, tal o *suspense* que são capazes de criar, se acredita que ainda é possível a caça ao tesouro nos dias de hoje, se gosta de histórias de mar e naufrágios, portos e marinheiros e se gosta de tudo isto entrecruzado com o inevitável argumento de uma bela história de amor, então tem no romance de Arturo Pérez-Reverte, *O cemitério dos barcos sem nome*, o livro que procura.

Trata-se de um longo romance de cerca de 450 páginas, publicado em 2000, em Espanha, onde alcançou o maior sucesso, e entre nós em 2002 sob a chancela das Edições Asa. As 450 páginas lêem-se de um fôlego, até porque recorrem a técnicas romanescas aprendidas em mestres do género, como Melville ou Conrad ou Stevenson ou Verne ou Defoe, exímios contadores de histórias de viagem e das experiências de vida e morte dos velhos lobos do mar.

Coy, o protagonista, é exactamente um lobo do mar dos tempos de hoje, que imponderáveis profissionais lançaram para terra. Mas Coy não sabe viver em terra, onde se sente como peixe fora de água. O mundo da terra firme aparece-lhe como "um espectáculo instável, lamentável e inevitável". A aventura e a paixão que o leitor o vai ver viver apresentam-se-lhe exactamente como inevitáveis e fá-lo-ão mover-se em terreno absolutamente instável, entre a vida e morte, o tudo e o nada, até ao último momento.

Tânger, a mulher de olhos de metálico azul marinho, que o fará regressar ao mar e perder-se sem bússola no amor, vem de um outro mundo, do mundo dos arquivos, dos museus, dos livros, ao qual ele contrapõe a sua experiência de marinheiro quando lhe diz que "o mar se parece a uma biblioteca". O encontro entre ambos, que será feito de constantes desencontros, do encontro adiado e

fulminante dos corpos e, por fim, do fatal desencontro, nasce em torno de uma velha carta náutica que a moverá a procurar um tesouro, velho de quase três séculos, e a socorrer-se do marinheiro experiente e desempregado que é Coy, enquanto ele, "lixado, fascinado e só", soçobra ao canto de sereia daquela mulher e à charada que ela lhe propõe desvendar.

Mas a busca ao tesouro de Tânger, Coy e o Piloto, amigo deste último, que os levará de Barcelona e Madrid à bacia do Mediterrâneo, mais exactamente à costa de Cartagena, implicará inevitavelmente o encontro com experientes caçadores de tesouros, profissionais mais ou menos mafiosos, chefiados por Nino Palermo, com os quais se verão envolvidos numa história de espionagem, perseguição e mistério.

E esta caça ao tesouro conduzirá ainda o leitor a uma viagem no tempo, designadamente através dos episódios relacionados com a perseguição desencadeada no século XVIII pela corte de Carlos III de Espanha aos Jesuítas. Passado e presente cruzam-se numa maravilhosa história de rotas secretas, naufrágios e tesouros.

Todos procuram. Mas procurarão todos o mesmo? O mesmo tesouro? O tesouro que move cada uma das personagens não será de natureza diferente? Que procura de facto Tânger? E Coy? E Nino Palermo? A viagem que cada um empreende, como sempre acontece no bom romance de aventuras, não será também ou, para alguns sobretudo, uma viagem ontológica, de busca individual, que ultrapassa a simples viagem física e a perseguição daquele tesouro concreto? Procure a resposta à charada nas encantatórias páginas de Arturo Pérez-Reverte, um grande contador de histórias.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o